

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR DO CAMPUS LITORAL NORTE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS DA NATUREZA

SIRLEI DA ROSA LEMOS

O OLHAR DOS QUILOMBOLAS DE CASCA SOBRE O ENSINO SUPERIOR



TRAMANDAÍ

2024

SIRLEI DA ROSA LEMOS

O OLHAR DOS QUILOMBOLAS DE CASCA SOBRE O ENSINO SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado no Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Professora. Dra. Neila Seliane Pereira Witt.

TRAMANDAÍ

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Lemos, Sirlei da Rosa

O olhar dos Quilombolas de Casca sobre o ensino superior / Sirlei da Rosa Lemos. -- 2024.

72 f.

Orientadora: Neila Seliane Pereira Witt.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Educação do Campo,
Tramandaí, BR-RS, 2024.

1. Quilombola. 2. Ensino Superior. 3. Educação
do/no Campo. I. Witt, Neila Seliane Pereira, orient.
II. Título.

SIRLEI DA ROSA LEMOS

O OLHAR DOS QUILOMBOLAS DE CASCA SOBRE O ENSINO SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado no Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Professora. Dra. Neila Seliane Pereira Witt

Data da aprovação 04 de abril de 2024.

Banca examinadora

Profa. Dra. Neila Seliane Pereira Witt

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/ CLN

Profa. Dra. Carla Beatriz Meinerz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/ CLN

Prof. Dr. Roniere dos Santos Fenner

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/ CLN

Profa. Doutoranda Sabrina Farias Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/ ICBS

Há que despertar a sensibilidade pedagógica para perceber “os oprimidos como sujeitos de sua educação, de construção de saberes, conhecimentos, valores e cultura”. (Arroyo, 2012, p. 27).

Dedico este trabalho a minha mãe, Marieta, que mesmo nos momentos de suas dificuldades não deixava transparecer, para que eu não desistisse da graduação; ao meu querido pai, Luis, que hoje não está ao meu lado, mas deixou seu exemplo e a lembrança de bons momentos; ao meu filho, Erik, e minha nora, Cediane, que nos momentos de dificuldade nunca me deixa só. Aos estudantes com poucos recursos, que vivem em lugares afastados dos centros urbanos e enfrentam todos os tipos de dificuldades para concluir o ensino superior; e, por fim, a todas as pessoas que torceram e acreditaram que eu era capaz enquanto eu mesma não acreditava em mim.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho contou com a participação de muitas pessoas, por isso, os agradecimentos iniciam pelos envolvidos no começo de minha trajetória acadêmica.

Início meu agradecimento ao diretor Jorge Luis Passos Prestes, pelo incentivo na inscrição da prova de vestibular, permanência na Universidade e, também, por disponibilizar sua equipe (Camila Rosa, Joice Fogaça, dentre outros) para enviar os documentos necessários à realização de inscrição e matrícula na Universidade, aos professores de minha caminhada estudantil pelo incentivo, permanência e finalização dos estudos.

Continuo agradecendo minha família, em especial minha mãe Marieta, ao meu marido Clairton, meus filhos Erik, Paloma, Samuel e nora Cediane e meu irmão Jonas por não me deixarem desistir.

Agradeço a todos os colegas, em especial ao Douglas Vargas da Cunha, Juliana Braz de Sousa, Adriana do Nascimento Santos e Caroline Fogaça Lisbôa pelo auxílio nas horas de dificuldades, pela amizade que constituímos e que permanecerá, pela parceria na hora dos desabafos e socorro nos esclarecimentos de dúvidas através de explicações referentes ao conteúdo das aulas.

Aos moradores Quilombolas da comunidade de Casca, que aceitaram participar das entrevistas para a realização dessa pesquisa, os quais me proporcionaram momentos agradáveis que me emocionaram, pois me identifiquei com os relatos de suas trajetórias até o ensino superior.

Com muito carinho, agradeço a professora Suelen por ter me amparado nas orientações iniciais do curso, ela foi uma grande parceira nas horas difíceis, teve paciência e compreendeu minhas dificuldades de entendimento sobre o vocabulário acadêmico.

Também é com muito carinho e afeto o meu agradecimento a professora Neila pela orientação deste percurso que marca o final de caminhada, com o trabalho de conclusão. Mesmo com o tempo apertado, tem me conduzido na produção do trabalho, agradeço o cuidado que teve comigo e a dedicação dela para com os meus interesses relacionados ao tema e desenvolvimento da pesquisa. Só em me ouvir conseguiu identificar, “decifrar” o que eu estava querendo falar, além disso, fez-me sentir tranquila e segura nesta jornada de superações e aprendizagens.

Agradeço a todos os professores e professoras do Curso de Educação do Campo – Ciências da Natureza do Campus Litoral, por acreditarem na proposta do Curso e levarem a

possibilidade do Ensino Superior aos lugares quase esquecidos, pelas tantas contribuições em minhas aprendizagens, as quais levarei comigo para as salas de aula, quem sabe de um Quilombo. Agradeço por todos os momentos de ensino e aprendizagem que vivenciamos juntos nos espaços da Universidade, mas também, nas saídas de campo, nas visitas às comunidades do campo, as escolas do campo, as cooperativas e aos eventos científicos.

Agradeço à UFRGS por possibilitar um curso que dá oportunidade para todas as pessoas estudarem, que forneceu a colônia de férias para o nosso alojamento e auxílios estudantis. Sem todos esses incentivos e investimentos não seria possível ter chegado até aqui.

RESUMO

Este estudo trata da pesquisa do trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza, que teve como tema: o acesso e permanência de quilombolas na universidade. Ainda hoje, muitos estudantes quilombolas enfrentam dificuldades em acessar as políticas públicas, a internet e a compreender o vocabulário acadêmico. Foram esses elementos que levaram a pesquisar: as formas de acesso dos quilombolas ao ensino superior; o olhar desses universitários e egressos sobre as suas trajetórias acadêmicas; as dificuldades vivenciadas no ingresso e permanência e os recursos disponíveis para os estudos. A pesquisa foi realizada por meio de entrevista semiestruturada com três estudantes e três egressos do ensino superior, moradores do Quilombo de Casca – comunidade situada no Terceiro Distrito de Mostardas, Rio Grande do Sul. O estudo possibilitou conhecer experiências de quilombolas do meio rural: suas dificuldades na utilização das tecnologias e de interpretação de um vocabulário acadêmico, o acesso por meio de uma educação gratuita, com o auxílio de bolsa permanência e vagas reservadas às cotas. Os resultados apontaram que a universidade possibilitou um período de muitas descobertas, que a valorização do conhecimento não ocorre apenas pela conquista de um diploma, mas pela trajetória envolvida nos estudos e pelas possibilidades de conquistas posteriores, o ensino superior permite conhecer outras realidades, ter experiências e aprendizagens distintas e significativas. Mostrou, também, diferenças nas trajetórias acadêmicas, na idade de ingresso, formas de acesso, conclusão do ensino básico (regular e Educação de Jovens e Adultos), oportunidades diferenciadas de quem morou na cidade, pelo acesso às tecnologias, estudos e livros. E, também, que o estudante que vive no campo encontra grandes dificuldades em relação aos que vivem no meio urbano; para um agricultor quilombola, acessar, se manter e concluir o ensino superior, deve ter uma vontade que prevaleça às dificuldades enfrentadas.

Palavras-chave: quilombola; ensino superior; educação do/no campo.

ABSTRACT

This study deals with the research of the conclusion work of the Degree in Rural Education - Natural Sciences, had as its theme the access and permanence of quilombolas in the university. Even today, many quilombola students face difficulties in accessing public policies, the internet and understanding vocabulary. These elements led to research: the ways in which quilombolas access higher education; the look of these university students and graduates on their academic trajectories; the difficulties experienced in entering and staying and the resources available for studies. The research was carried out through semi-structured interviews with three students and three graduates of higher education, residents of Quilombo de Casca - a community located in the Third District of Mostardas, Rio Grande do Sul. The study made it possible to learn about the experiences of quilombolas in rural areas: their difficulties in using technologies and interpreting an academic vocabulary, access through free education, with the aid of a permanence scholarship and places reserved for quotas. The results showed that the university enabled a period of many discoveries, that the valorization of knowledge does not occur only through the achievement of a diploma, but through the trajectory and possibilities of subsequent achievements, higher education allows knowing other realities, having different experiences and learning. It also showed differences in academic trajectory, age of entry, forms of access, completion of basic education (regular and Youth and Adult Education), differentiated opportunities for those who lived in the city, access to technologies, studies and books. Leading to the conclusion that the student who lives in the countryside finds great difficulties in relation to those who live in the urban environment; For a Quilombola farmer, accessing, maintaining and completing higher education requires a will that prevails over the difficulties faced.

Keywords: quilombola; university education; education in rural areas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Antiga escola Maria Quitéria do Nascimento, ano 1981	19
Figura 2 – Antiga escola Maria Quitéria do Nascimento, ano 1984.....	19
Figura 3 – Professora Erecinda	20
Figura 4 – Nova escola do Quilombo de Casca	21
Figura 5 – Associação dos Moradores do Quilombo de Casca.....	21
Figura 6 – Campos da Comunidade do Quilombo de Casca	22
Figura 7 – Estrada da Comunidade do Quilombo de Casca	22
Figura 8 – As propriedades da comunidade do Quilombo de Casca	23
Figura 9 – Canteiros com plantação de feijão e batata doce	23
Figura 10 – Canteiros com plantação de batata doce e aipim.	23
Figura 11 – População quilombolas no Brasil	29
Figura 12 – População quilombolas no Rio Grande do Sul.....	30

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Dados dos participantes da pesquisa	46
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
BA	Bahia
CODENE/RS	Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul
COVID-19	Coronavírus Disease - 2019
EAD	Ensino à Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Associação Rio-Grandense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESAB	Escola Superior Aberta do Brasil
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
MEC	Ministério da Educação
MUN	Movimento Unificado Negro
PA	Pará
PBQ	Programa Brasil Quilombo
RS	Rio Grande do Sul
STCAS	Secretaria de Trabalho e Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento, Livre e Esclarecido
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 CRIANDO CAMINHOS: UM POUCO DE MINHA TRILHA..	14
2.1 CAMINHOS PERCORRIDOS.....	15
2.2 DO QUILOMBO DE CASCA: IMAGENS DE TEMPOS E ESPAÇOS	18
2.3 UM POUCO DA HISTÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CASCA.....	24
2.4 EDUCAÇÃO E CULTURA QUILOMBOLA	26
3 SEGUINDO ALGUMAS TRILHAS.....	31
3.1 PRIMEIRA TRILHA.....	31
3.2 SEGUNDA TRILHA.....	33
3.3 TERCEIRA TRILHA	35
3.4 QUARTA TRILHA	38
3.5 QUINTA TRILHA.....	40
4 METODOLOGIA	42
4.1 TIPO DE PESQUISA	42
4.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	43
4.3 PARTICIPANTES, LOCAL, PERÍODO	44
5 TRILHAS DOS QUILOMBOLAS DE CASCA À UNIVERSIDADE.....	45
5.1 QUILOMBOLAS DE CASCA : ESTUDANTES E EGRESSOS DE UNIVERSIDADES.....	45
5.2 CONHECENDO ALGUMAS TRILHAS... ..	46
5.2.1 Trilhas do estudante quilombola LU.....	47
5.2.2 Trilhas do estudante quilombola CR	49
5.2.3 Trilhas da estudante quilombola LA.....	53
5.2.4 Trilhas da estudante quilombola RO	56
5.2.5 Trilhas da estudante quilombola CA	59
5.2.6 Trilhas da estudante quilombola CL.....	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	71

1 INTRODUÇÃO

Posso afirmar que, em razão da busca pessoal ao ensino superior e o reduzido número de Quilombolas da comunidade de Casca, que ingressaram em universidades, pareceu-me que a temática: “O acesso de quilombolas ao ensino superior e suas dificuldades”, ocasionaria numa relevante proposta de investigação para o trabalho de conclusão de curso na Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza.

Sendo assim, considerando que o acesso de um Quilombola à universidade depende de vários fatores, entre eles o desconhecimento e a dificuldade em acessar as políticas públicas, compreender o vocabulário do edital quanto aos documentos solicitados, falta de biblioteca contendo obras específicas de cada literatura, dificuldade de acesso à internet para cumprir os prazos de envios e leituras solicitadas, desenvolvi esse trabalho de pesquisa e coleta de dados.

Em vista disso, tive várias experiências e aprendizagens, as quais me deram uma visão ampla de problemas enfrentados quanto ao acesso à educação tão almejada, por mim e pelos demais moradores do Quilombo de Casca, que desejavam ingressar ao ensino superior com o auxílio de bolsa permanência e vagas reservadas às cotas.

2 CRIANDO CAMINHOS: UM POUCO DE MINHA TRILHA...

As dificuldades de ingresso, mencionadas anteriormente, apareceram nos relatos dos participantes de minha pesquisa, mas foram algumas das quais também encontrei, no instante que descobri ter passado no vestibular para o Curso de Educação do Campo – Ciências da Natureza.

Em relação aos documentos solicitados, por exemplo, tive muita dificuldade em reconhecer certas palavras do edital e suas definições e, após meu ingresso na Universidade, por vezes me senti num ambiente um pouco hostil devido ao fato de não utilizar as mesmas palavras das pessoas com que passei a conviver. Em determinados momentos tive a impressão de ter vindo do passado e não fazer parte daquele centenário, pois sou uma agricultora, gosto de plantar, tratar e criar os animais, andar pelo campo ao ar livre e viver na simplicidade.

Outra situação diz respeito ao difícil acesso às redes de telecomunicações, as quais em alguns lugares do Brasil ainda está indisponível atrapalhando a realização de trabalhos e seus envios dentro de prazos determinados, acesso a leituras que ampliassem e enriquecessem meu vocabulário, bem como dos participantes da pesquisa, uma vez que nossa linguagem é simples e direta.

O acesso a bibliotecas contendo livros adequados à cada literatura é outro fator que contribui para dificultar os estudos, porque esses espaços ficam localizados em regiões centrais e urbanas, dificultando ainda mais a realização de estudos e trocas entre os estudantes e suas pesquisas, pois moramos em locais afastados, que requerem tempo e gastos com os deslocamentos.

Assim, com essa vida simples e os afazeres de uma moradora do campo, tenho de me organizar quanto ao tempo para estudar, tentar ler e entender o palavreado difícil da escrita dos conteúdos e digitar os trabalhos buscando atender essa realidade. No entanto, sei que este sentimento e dificuldade não fazem parte só de minha vivência, mas de muitas outras pessoas de diferentes etnias, principalmente daquelas que convivem no meio rural.

Em razão de todas essas experiências relacionadas ao meu acesso, enquanto Quilombola, ao ensino superior, pensei em pesquisar como ocorre o acesso de outros Quilombolas da comunidade de Casca ao ensino superior.

Dado o exposto, o objetivo geral que tenho com essa pesquisa é investigar como ocorre o acesso dos Quilombolas ao ensino superior. A partir deste objetivo, pensei nos objetivos específicos, que se desdobraram em: investigar quais as dificuldades que os

Quilombolas de Casca vivenciam ao ingressar e permanecer no ensino superior; conhecer as percepções dos universitários Quilombolas sobre o ensino superior; saber quais recursos os universitários Quilombolas dispõem para realizar os estudos.

2.1 CAMINHOS PERCORRIDOS

A abordagem sobre os caminhos percorridos me levou a recordar diversas experiências, contá-las a minha orientadora e, a partir delas, no momento seguinte, tornar as palavras pensadas, lembradas, revividas e narradas em um texto que desse sentido ao que aconteceu, porque Larrosa (2002, p. 21) ao falar das palavras diz: “tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso”. Ele explana, ainda que:

Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. Quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos. [...] A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. (Larrosa, 2002, p. 21).

Assim, partirei dessa compreensão para falar de minha caminhada, enquanto quilombola, pelos espaços e tempos de estudos. Meu aprendizado iniciou na Escola Municipal Fundamental Quitéria do Nascimento, a qual situa-se na comunidade Quilombola de Casca, Município de Mostardas, RS. Ingressei na primeira série escolar (hoje, corresponde ao primeiro ano) com sete anos, isto no ano de 1981. Nessa época, para chegar à escola eu caminhava aproximadamente dois quilômetros, distância essa entre a casa de meus pais e a escola. Não havia estrada, o caminho percorrido passava por dentro das chácaras de meus parentes e vizinhos. Nos campos tinha muita vegetação e o solo era bastante alagado pelas chuvas, a água tocava minha tibia. Não dispúnhamos de sapatos, pois estes eram muito caros e só era possível tê-los se ganhássemos de alguém. Para ir à escola usávamos chinelos de dedo. Recordo que tinha muita vontade de ir à escola e fiquei muito feliz nos primeiros dias de aula. No primeiro ano concluí meu processo de alfabetização, mesmo assim tive que repetir de ano, porque não tinha prova

impressa para avaliação final para todos os alunos do primeiro ano. O material disponível era priorizado somente para os repetentes, situação essa que me deixou marcas e tristezas. De acordo com Dayrell (1996, p. 2), “São as relações sociais que verdadeiramente educam, isto é, formam, produzem os indivíduos em suas realidades singulares e mais profundas.”.

Ainda sobre realidades e experiências sociais, outro acontecimento de que tenho lembrança ocorreu, quando estava na terceira série - quarto ano. Havia na escola a “ciranda do livro”, onde a professora expunha os acervos somente para enfeitar a sala, ou seja, não podíamos manuseá-los nem os ler devido a sua apreensão quanto a nossa possível falta de cuidado, poderíamos rasgá-los ou sujá-los. No entanto, eu sentia muita vontade de ler todos eles. Às vezes, escondido e com todo o zelo pegávamos e, esse era nosso contato com os livros.

Nesse cenário de vida, a única distração para nós crianças e adolescentes da comunidade era a escola. Ela era o ponto de encontro com amigos e namorados, o momento de rever pessoas e, até mesmo, conhecer pessoas da comunidade que moravam em locais mais distantes. Nesse sentido Dayrell (1996, p. 2) descreve que:

A escola, como espaço sócio-cultural, é entendida, portanto, como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. Cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos. Um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar.

Prosseguindo chego ao ponto em que houve minha interrupção educacional. Aos doze anos saí da escola para trabalhar, a situação financeira de minha família era difícil, uma vez que meu pai trabalhava somente em períodos de temporada na colheita do arroz e na tosquia das ovelhas. Minha mãe, por outro lado, buscava formas de ajudar no sustento da família, trabalhando durante a temporada (de junho a agosto) do plantio da cebola e após esse período, vinha a capina das plantas “do seco” (aipim e batata doce). Na época, o valor do dia trabalhado era tão pouco que mesmo que trabalhassem a temporada toda, quase todos os dias, nunca “aparecia” dinheiro, não sobrava. Nesta ocasião, as casas não continham luz elétrica, muito menos água encanada e fogão a gás. Quanto ao fogão, alguns até conheciam, mas não tinham, porque faltava dinheiro para comprar o gás, já a

luz elétrica e água encanada (puxadas a motores de poços artesianos) foram disponibilizadas na comunidade por volta do ano de 1990.

Era o ano de 1986 quando tive de sair da escola e da comunidade para trabalhar e ajudar no sustento da família, tinha dois irmãos mais novos e, éramos ao todo oito irmãos. Fui trabalhar como doméstica na cidade de Porto Alegre, sentia falta da escola e tinha muito anseio para voltar aos estudos. No início de 1990 havia uma “onda” de assaltos nas residências próximas a meu local de trabalho, e meus patrões tinham muito medo, por isso não permitiam que eu saísse à noite para estudar. Voltei para a comunidade de Casca em 1995, no entanto apenas em 2008 voltei para a escola e, então, cursei a quarta e quinta séries (quinto e sexto ano) na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). No ano seguinte não pude prosseguir, porque a escola que oferecia essa modalidade de ensino ficava no município de Palmares do Sul, e o transporte não era mais fornecido pois a prefeitura de Mostardas não recebia mais auxílio para arcar com os custos do transporte.

No ano seguinte, fui à escola Nossa Senhora Aparecida matricular meu filho caçula, enquanto esperava no pátio, observei o comportamento dos alunos mais velhos em relação aos pequenos, do primeiro ano. Essa observação trouxe-me preocupação e, ao mesmo tempo, me motivou a realizar, não só a matrícula de meu filho, mas, também, a minha. De tal modo, iniciei a sexta série do ensino fundamental no ensino regular. Na época cursei também a sétima e oitava séries (sétimo, oitavo e nono ano), concluindo o ensino fundamental em 2011.

Dando continuidade, no ano seguinte, ingressei no ensino médio que já estava sendo ofertado no 4º Distrito localizado a alguns quilômetros da comunidade de Casca. Mas antes desse período, os outros estudantes da comunidade tinham que viajar, em torno de uma hora e trinta minutos, para chegar na sede de Mostardas, onde era ofertado o ensino médio. Naquele tempo o ônibus passava na rodovia às 11 horas e, para quem morava no fundo do beco, assim como eu, ficava mais difícil chegar em tempo de pegar o ônibus, pois na sua jornada havia uma caminhada de trinta minutos. Outro fator dizia respeito à chuva e ao barro, porque ela deixava o chão muito molhado no inverno e com poeira no verão. Entretanto, lembro das histórias deles, meus vizinhos, porque contavam que nem tudo era ruim, realizando boas conversas tinham a impressão de que o tempo passava mais rápido e aliviando-lhes o cansaço e os percalços do trajeto. Esses relatos faziam-me lembrar de minha própria jornada, quando estava nas séries iniciais do ensino fundamental, sentíamos sede e colhíamos frutas para ir comendo até chegar na escola.

Voltando ao início, o meu ingresso ao ensino médio (2012) foi no turno da noite, devido ao fato de ser mais calmo e permitir cuidar de meus filhos pequenos durante o dia. Após três anos, concluí os estudos em uma turma multisseriada. Minha formatura foi em 2015, no ano seguinte ia à escola acompanhar o estudo de meus filhos, quando o diretor me perguntou se desejava continuar estudando, contando-me sobre o Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Campus Litoral Norte. A partir disso decidi me inscrever no vestibular, e desde então estou no curso, me identifico com ele, tenho interesse em ser professora e, quem sabe, um dia trabalhar em minha comunidade. Toda essa jornada tem motivado minha luta em vencer os obstáculos e permanecer no curso até o presente.

2.2 DO QUILOMBO DE CASCA: IMAGENS DE TEMPOS E ESPAÇOS

Na tentativa de aproximar o leitor ao local da pesquisa, trouxe algumas imagens que expressam a visão ou visualização do local onde vivo, vivi e estudei durante a minha infância, pois para mim assim como para Larrosa (2011, p. 41):

O que é histórico e contingente é algo que vai muito além das ideias ou das representações. O homem é, sem dúvida, um animal que se auto-interpreta. A História ou a Antropologia mostram, pois, a diversidade dessas auto-interpretações. Mas o que fazemos, o modo como nos comportamos e, afinal, o como somos, na medida em que isso tem a ver como interpretamos a nós mesmos, também pode ser posto em uma perspectiva histórica e/ou antropológica.

Hoje, trata-se do contexto de outras crianças e adolescentes, todavia procuro mostrar em meu trabalho, um pouco de minha percepção de como é a vivência no Quilombo de Casca, os trabalhos, os espaços comunitários, sociais e educativos: escola, associação dos moradores e as paisagens. Sendo assim, ao propor um olhar para os retratos das construções locais, cenas e cenários do cotidiano, penso em possibilitar e contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos sobre esse lugar, a compreensão sobre o que envolve esse viver e, talvez, despertar uma visão mais inclusiva.

Para tal, exponho a primeira fotografia (Figura 1), a qual foi tirada no ano de 1981, trata-se da escola onde estudei o primeiro ano. Nesse dia, um fotógrafo foi até a escola tirar fotos dos estudantes no ambiente escolar e deixar o registro para a prefeitura. Consegui esse registro de imagem num site de divulgação da Casa de Cultura do

município de Mostardas. Essa divulgação foi devido a uma homenagem à professora Erecina Felício da Silva, minha professora, pelo tempo de docência na comunidade.

Figura 1 – Antiga escola Maria Quitéria do Nascimento, ano 1981



Fonte: Mostardas, 2024.

A segunda fotografia (Figura 2), mostra a escola no momento da festa de Natal 1984, durante um almoço coletivo em que havia doações de brinquedos. Ela foi desativada, porque não estava localizada dentro da comunidade, precisando ser construída novamente.

Figura 2 – Antiga escola Maria Quitéria do Nascimento, ano 1984



Fonte: Mostardas, 2024.

Em sequência a Figura 3, traz a imagem da minha primeira professora, que ministrou aulas no primeiro ano do ensino fundamental e, no seguinte, em razão da repetição do primeiro ano, também foi minha professora no segundo ano. Hoje, percebo o quanto era prestativa e gostava de estar com os alunos, pois recordo que saía da aula alguns minutos antes do intervalo para fazer o lanche junto de nossa merenda. Após merendarmos, tínhamos que lavar nossas canecas e deixar tudo organizado para ir para o recreio.

No intervalo ela ficava no pátio conosco, costumava brincar de ciranda, também levava o livro didático para o pátio e lia conosco as partes que ensinavam sobre outras brincadeiras, assim aprendemos outras formas de brincar. Quando passei para o terceiro ano tudo mudou: era outra professora que não nos acompanhava ao pátio. Lembro que sentíamos sua falta, às vezes, ela ficava nos olhando através da janela.

Figura 3 – Professora Erecinda



Fonte: Mostardas, 2024.

No intuito de aproximar o leitor do local de minhas vivências e de realização da pesquisa, trago algumas imagens da localidade (registros pessoais), a Figura 4 traz a imagem da escola na atualidade, a fotografia data do ano de 2019. Essa escola oferece o ensino fundamental e foi inaugurada há cerca de 10 anos. Portanto, não cheguei a estudar nela, mas meu filho caçula, sim.

Figura 4 – Nova escola do Quilombo de Casca



Fonte: arquivo pessoal, 2019.

Na próxima imagem há o registro da construção da nova Associação dos moradores do Quilombo de Casca, já que a antiga que era de madeira foi interditada pelos bombeiros. Nesse âmbito, tudo que vem para a comunidade é direcionado à associação, lá são organizadas as ajudas de custos para aos materiais, sementes, trator com arado, dentre outras ferramentas necessárias ao plantio. Decidi mostrá-la, também devido a sua importância de representatividade para a comunidade, visto que é o local onde ocorrem as reivindicações dos moradores pelos seus direitos.

Figura 5 – Associação dos moradores do Quilombo de Casca



Fonte: arquivo pessoal, 2019.

A Figura 6 traz o registro dos lindos campos onde situa-se a comunidade do Quilombo de Casca. Local onde vivemos, trabalhamos e plantamos. Decidi mostrá-lo no

trabalho, pois essa imagem representa a minha comunidade, o local onde eu e minha família moramos, é a entrada da minha casa.

Figura 6 – Campos da comunidade do Quilombo de Casca



Fonte: arquivo pessoal, 2019.

Resolvi dispor a Imagem 7, devido ao registro de uma estrada de chão batido onde nós, moradores do Quilombo de Casca, acessamos nossas residências. Além dessas, as Figuras 8, 9 e 10 retratam as nossas moradias e os nossos cultivos.

Figura 7 – Estrada da comunidade do Quilombo de Casca



Fonte: arquivo pessoal, 2019.

Figura 8 – As propriedades da comunidade do Quilombo de Casca



Fonte: arquivo pessoal, 2019.

Figura 9 – Canteiros com plantação de feijão e batata doce



Fonte: arquivo pessoal, 2019.

Figura 10 – Canteiros com plantação de batata doce e aipim.



Fonte: arquivo pessoal, 2021.

2.3 UM POUCO DA HISTÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CASCA

A comunidade de Casca está situada entre Palmares do Sul e Mostardas. Possui 189 membros: 51 crianças, 93 mulheres e 96 homens. Segundo Leite (2004) no dia 30 de maio de 1794 foi doada à fazenda Barro Vermelho no município de Mostardas, RS, ao total de vinte e três escravos, por dona Quitéria Pereira do Nascimento. Além de sua fazenda doou seus pertences pessoais.

Hoje, a comunidade de Casca busca seu direito à terra já ocupada há mais de 20 décadas. De acordo com Silva (2007), com a regularização do artigo 68, os moradores da comunidade quilombola de casca dariam fim a muitos conflitos entre herdeiros e o Administrador da comunidade. O artigo 68 da constituição federal de 1988, decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, criado pelo presidente da república deu o direito às comunidades quilombolas ao registro das terras ocupadas há vários anos por estes povoamentos, sendo que para identificar estas comunidades foi feito um mapeamento.

Para que este estudo fosse coerente sobre as comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul foram feitos métodos avaliativos como pesquisa arqueológica por Silva (2007), em seu trabalho de mestrado. Com esta pesquisa foi comprovada a existência destas comunidades que já vinham sendo alvo de pesquisadores por diferentes áreas de pesquisa na história do município do Rio Grande do Sul. Algumas destas pesquisas (estudos de natureza histórica e econômica), se focaram na emancipação do município que dependia do regime escravocrata, que foi uma das fontes que rendeu mais lucros ao município, assim permitindo a emancipação do município de Mostardas, RS. Estas pessoas escravizadas serviam para todo o tipo de trabalho principalmente na produção do charque. No ano de 1888 foi assinado a lei Áurea que libertou os escravos. E, estas pessoas deixaram de ter serventia às elites Rio-grandenses, como em todos os lugares do Brasil foram largados à própria sorte sem ter trabalho e onde morar, sem possibilidade de uma vida digna. Foram substituídos pelos colonizadores de vários lugares do mundo em busca de trabalho e melhor condições para sobreviver no Brasil, para Silva (2007, p. 12):

Esta maneira viabilizou-se no território Sul Rio-grandense o ingresso de significativo contingente de trabalhadores pobres oriundos de diversos recantos do continente europeu que receberam glebas [e um lote ou pedaço de terra], de terras para aqui pudessem se instalar produzir riquezas e, em contrapartida salvaguardar interesses estratégicos de defesa das fronteiras meridionais por parte da coroa portuguesa e posteriormente do império brasileiro.

Com os estudos feitos e as comunidades catalogadas, os movimentos sociais e o movimento negro buscaram reivindicações. As comunidades negras tiveram alguns direitos desconsiderados, um deles foi o direito à terra nas primeiras reivindicações, mas estes movimentos continuaram reivindicando o direito à terra, a qualidade de vida e produtividade destes povoamentos étnicos, Silva (2007, p. 14) expõe ainda que:

É preciso ressaltar que as políticas públicas destinadas às comunidades remanescentes de quilombos atendem a uma agenda destinada a populações diferenciadas – por consequência, as ações resultantes também são das ações diferenciadas, o que constitui um campo novo para o desenvolvimento de diversas análises.

Em 1988 foram consideradas as reivindicações e foi criado o artigo 68 que dá o direito à legalização aos territórios quilombolas. Com esta lei deu-se a formação da associação Dona Quitéria da comunidade quilombola de Casca, o que trouxe mudanças consideráveis à comunidade. Com isto foi formada a primeira diretoria da associação, o primeiro mandato estava em adaptação, não tiveram muitas conquistas. Para Silva (2007, p. 62):

A comunidade emerge como cidade quilombola por projetos quando gera mediadores oriundos do próprio grupo, capazes de melhor operarem essa bricolagem simbólica entre a linguagem de projetos e as formas locais de tradução e construção de cadeias de interesses, a partir de aspirações individuais e constrangimentos locais. Essas novas lideranças revelam-se capazes desta adesão aos princípios de leitura de mundo externos à comunidade, de sua tradução e estabelecimento de compromissos locais, facilitada por uma trajetória de deslocamentos de posição. Pela desnaturalização do mundo social e pela ressocialização no meio urbano, são capazes de contribuir decisivamente para a emergência de novas aspirações de justiça.

Já o segundo mandato trouxe à comunidade muitas reuniões, fazendo com que nós entendêssemos que tudo é política e, que eles teriam que se envolver e decidir os próximos projetos e desenvolvimento da comunidade, nestas reuniões contaram com a participação do RS rural e outras secretarias (Secretaria de Trabalho e Assistência Social (STCAS), Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CODENE/RS) e Associação Rio-Grandense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)). A partir daí foi feito um ofício, o qual foi enviado ao governo do estado para construção de um quiosque para o comércio de produtos produzidos na comunidade. Que foi devolvido pelo governo por falta de recurso para construção, após dois anos do envio. Em uma das reuniões da comunidade com a presença da EMATER e o Movimento Unificado Negro

(MUN) foi sugerido que os interessados na construção do quiosque doassem um determinado valor para a construção do empreendimento. E a inauguração foi em 2006 com a participação da EMATER.

Em 2006 a comunidade foi reconhecida, pelo estado, como comunidade mais engajada na luta pelos direitos quilombolas. O presidente da associação recebeu do governador do estado uma medalha do Menino do Pastoreio. Hoje, a comunidade ainda continua nesta caminhada, ou seja, na luta pela titularização do território onde vive. É visível que com o tempo tivemos muitas conquistas, entre elas a da chegada de uma patrulha agrícola.

Por conseguinte, uma das maiores conquistas aconteceu no dia 19 de novembro de 2010, na associação comunitária da comunidade quilombola de Casca, numa festa em que comemoramos os 100 anos da abolição da escravatura - homenagem ao Dia da Consciência Negra -, quando a comunidade recebeu do governador do Estado Rio Grande do Sul o título das terras.

2.4 EDUCAÇÃO E CULTURA QUILOMBOLA

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da educação escolar quilombola, a educação quilombola deveria ser específica em cada quilombo, para que fosse valorizada a cultura das comunidades, onde estas fossem direcionadas e compostas por quadros de docentes que reconhecessem a diversidade cultural do local onde iriam trabalhar, pois de acordo com as diretrizes, a educação básica “deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade”. (Brasil, 2012, p. 3).

A educação nas escolas dos quilombos é valorizada pelas comunidades que recebem nomes simbólicos, portanto ainda existem barreiras entre a escola e as características da comunidade que deveriam estar inseridas na escola levando, por exemplo, danças, música, costumes e crenças a este espaço, porque a educação é muito importante sendo no quilombo ou fora do quilombo. A educação quilombola era para ser direcionada à cultura quilombola, a fim de que todas as crianças aprendessem quem é o negro na história do Brasil, o que é um quilombo, não terem vergonha de quem são e nem por morarem em um quilombo, isso sim possibilitaria, a estas crianças, aprender os verdadeiros valores em ser negro e, assim se tornarem pessoas críticas e protestantes para

exigirem seus direitos. A escola formal oferece uma importância no ensino, onde as comunidades quilombolas têm consciência na construção e autonomia dos indivíduos da sociedade.

Sendo que, em 1988 a constituinte reconheceu as comunidades quilombolas, embora não tenham um reconhecimento nacional, isso está em processo, portanto foi o decreto 4887/02 (Brasil, 2003) que ofereceu garantias às comunidades e o direito básico à terra. Através destes direitos o ministério da educação assegura aos quilombolas uma educação de qualidade priorizando a formação de professores para áreas de remanescentes de quilombos, que inclui a convivência com as famílias, nos movimentos sociais e organização da comunidade. A escola da comunidade foi reconhecida como escola quilombola somente no ano de 2019, até então falavam que a escola era quilombola, mas nos documentos da Escola ela não estava reconhecida como tal. O município de Mostardas, onde busquei informações sobre essa escola, não tinha nada que a identificasse como escola quilombola, também não está identificada como quilombola no PPP da escola nem nos sites e prefeitura.

É interessante expor que os quilombos foram criados no século XIX por escravos fugitivos que não suportavam os maus tratos. Estes, na fuga, se encontravam com outros escravos e procuravam lugares com difícil acesso para formarem o quilombo. Nos quilombos, os escravos podiam expressar sua cultura que nos engenhos e fazendas era proibido pelos seus senhores. Carneiro (1945 *apud* Santiago Neto; Soares; Coqueiro, 2015, p. 4):

Defendia que quilombo consistia numa reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos. O tipo de organização social criado pelos quilombolas estava tão próximo do modo de organização então dominante nos estados africanos que, era possível dizer com certo grau de segurança que os negros responsáveis pelo quilombo eram em grande parte recém vindos da África, e não negros nascidos e criados no Brasil.

Em tempos remotos, os quilombos eram um retiro da cultura quilombola no Brasil, hoje muitos destes quilombos não exercem mais as músicas, danças e cultura africana. No quilombo de Casca tínhamos o terno de reis, o terno é uma reza cantada em agradecimento aos santos, que há uns 30 anos era cantado de casa em casa, e alguns dos moradores eram cantores e tocavam gaita e violão, portanto eles se combinavam e escolhiam a casa do morador que iriam levar o terno. Quando chegavam a casa do escolhido começava a reza cantada na porta da frente, no final da reza os cantores pediam,

ainda cantando para que a porta fosse aberta. E o dono da casa abria a porta para receber, não só os cantores como a comitiva que os acompanhavam. Esses cantos acontecem todos os anos, no mês de junho, em agradecimento por uma boa colheita.

Outra peculiaridade nos costumes que havia na comunidade de Casca era o ensaio de promessa. Que era uma reza cantada em que só os homens podiam participar. Eles dançavam e cantavam em roda por três dias seguidos, e nesta roda tinha um guia que começava a reza e os outros seguiam. Eu nunca mais ouvi falar, quando era muito pequena eu ouvia os comentários sobre o ensaio de promessas pelos mais velhos, meu avô contava com outros mais velhos da comunidade. Segundo Calheiros e Stadtler, (2010, p. 12, *apud* Furtado; Pedrosa; Alves, 2014, p. 112):

A assunção de uma identidade permite ao indivíduo colocar-se de forma diferente perante a sociedade, individualmente ou como grupo. Nessa esfera, e essencial a possibilidade de ser diferente. Denominar-se ou reconhecer-se como quilombola resulta de uma identidade construída socialmente, em um contexto que demarca relações de poder e em que resistem a uma posição estigmatizada desde a escravidão até a atualidade.

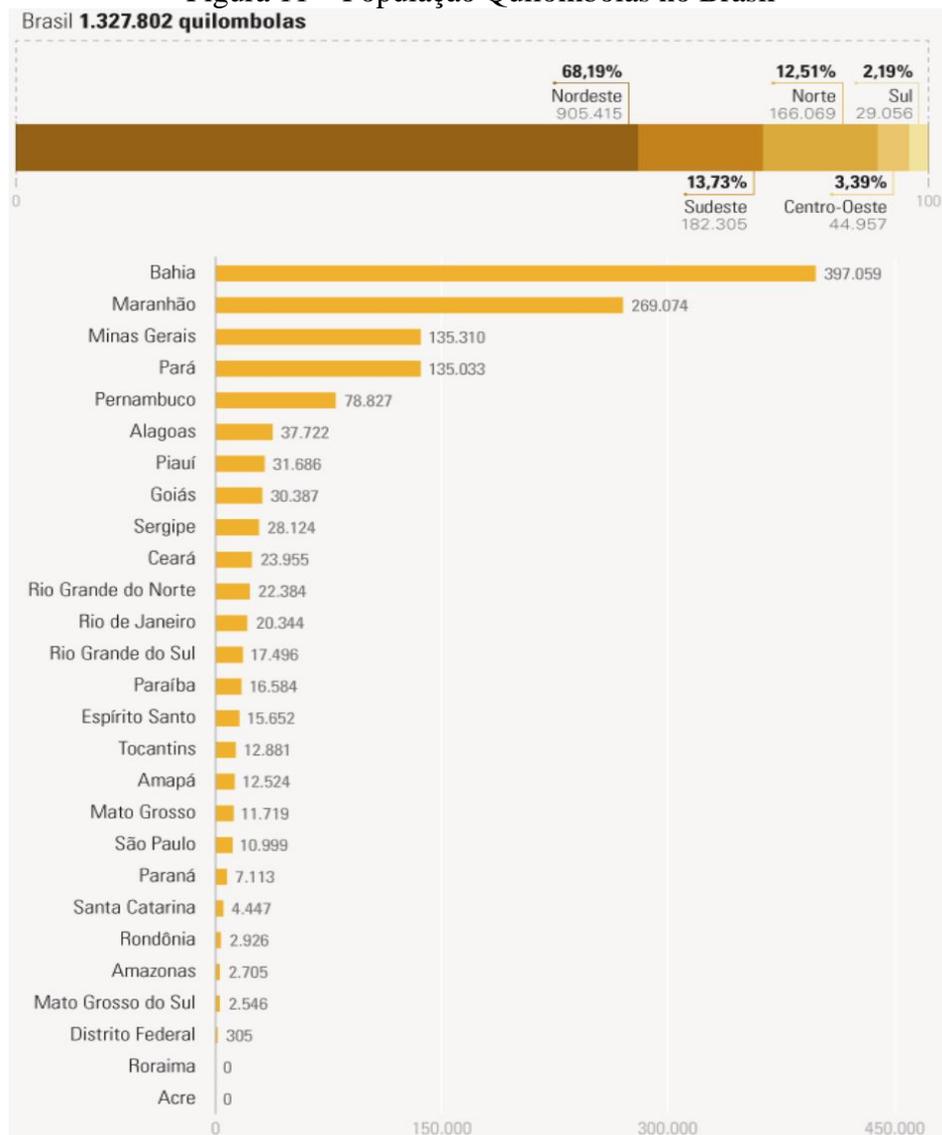
É importante lembrar que as comunidades quilombolas são consideradas retiros culturais. Assim, segundo o Art. 3º Decreto 6.040/2007:

Povos e comunidades tradicionais são Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural social, religiosa ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Brasil, 2007, p. 2).

Segundo o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), o Rio Grande do Sul tem 17.496 quilombolas, esse número representa 0,16% do total da população gaúcha e, a nível de país, no Brasil são 1.327.802 quilombolas.

Para facilitar a visualização dessas informações, a seguir trago os dados da população quilombola no Brasil por grandes regiões e unidades da federação, segundo o IBGE.

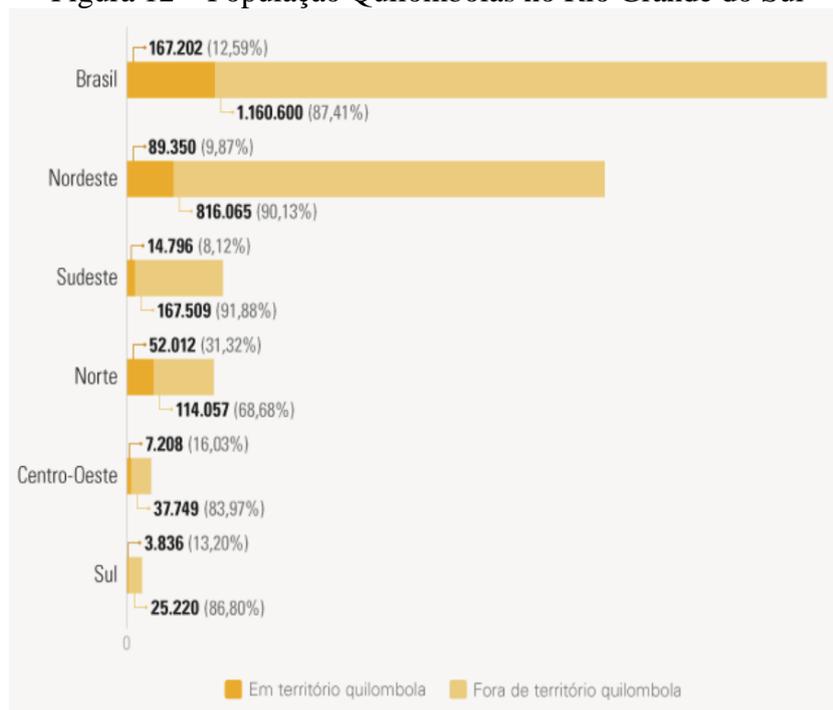
Figura 11 – População Quilombolas no Brasil



Fonte: Brasil, 2023; Ibge, 2023.

Essa foi a primeira vez que os quilombolas foram identificados no Censo o qual mostrou, que o estado do Rio Grande do Sul tem a maior população quilombola do sul do país, pois tem maior presença de quilombolas do que o Paraná com 7.113 pessoas e Santa Catarina com 4.447 quilombolas. Com relação ao território, os dados do IBGE (2023) indicam a existência de 494 territórios quilombolas oficialmente delimitados e reconhecidos, contudo, apenas 12,6% da população quilombola reside nesses territórios e 87,4% encontravam-se fora das áreas, como podemos verificar no próximo gráfico, nele os dados do IBGE indicam as pessoas quilombolas por localização do domicílio no RS.

Figura 12 – População Quilombolas no Rio Grande do Sul



Fonte: Brasil, 2023; Ibge, 2023.

3 SEGUINDO ALGUMAS TRILHAS

Neste capítulo, apresento a revisão de literatura, o embasamento teórico do trabalho, o que inclui: revisão de bibliografia, estado da arte, termos e conceitos operacionais, os quais me dão a definição dos caminhos que devo trilhar.

Para esta etapa da caminhada escolhi cinco trabalhos: dois de conclusão de curso, uma Dissertação de Mestrado e duas Teses de Doutorado. Três destes trabalhos encontrei no catálogo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e os outros dois, em catálogos de outras Universidade Federais.

Com tais leituras descobri que estava caminhando por trilhas diferentes, que me apresentavam uma variação de paisagem, algumas ilustradas e com caminhos íngremes e longos, outras estão em construção através das memórias, por exemplo.

3.1 PRIMEIRA TRILHA

A primeira trilha que caminhei na Comunidade Quilombola de Casca no Município de Mostardas RS, trata de uma tese do doutorado de Paulo Sérgio Silva, cujo título da pesquisa de doutorado é "Contornos Pedagógicos de uma Educação Escolar Quilombola", foi desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, em 2013.

Nesta o autor realiza sua pesquisa investigando pedagogias, as quais são aplicadas na educação da escola da Comunidade Quilombola de Casca que fica a 70 km do Município de Mostardas e 95 km de Porto Alegre, na BR 101 Rio Grande do Sul entre o oceano atlântico e a lagoa dos patos. Ele inicia sua pesquisa a partir da citação do artigo 68 da Constituinte Federal de 1988, sobre as Comunidades Quilombolas que tiveram o reconhecimento jurídico com os artigos 215 e 216 da mesma constituinte apesar de reconhecer que a cultura negra obteve como patrimônio brasileiro e, como estas muitas outras reivindicações ainda foram feitas, uma delas e sobre a educação que revela precariedade no ensino fundamental.

É importante ressaltar que o esboço de políticas institucionais relacionadas com a perspectiva da educação quilombola, bem como o próprio movimento institucional de atendimento as reivindicações das comunidades, somente se tornou possível devido às insistentes articulações entre comunidades remanescentes de quilombos, ao Movimento Negro e aos movimentos sociais populares que tiveram o fito de provocar o estado Brasileiro e suas instituições, como, por exemplo, o conselho Nacional de educação (CNE). Para o cumprimento de suas atribuições constitucionais. (Silva, 2013, p. 20).

Com estes estudos o autor buscou um pensamento sobre as propostas teórico-pedagógicas da educação quilombola que foram realizadas nas comunidades quilombolas dentro das escolas que são localizadas nas comunidades e, de que modo se adequa uma educação para diversidade.

Para tanto torna-se necessário compreender as distintas formas de organização e articulação política que ocorrem na constituição destas, identificando os caminhos e as concepções a que estão submetidas e as tramas das relações que estabelecem desde a idealização até as tentativas de execução das mesmas tais caminhos ou percursos tendem a conformar o que buscamos definir neste estudo como contornos pedagógicos de uma perspectiva da educação quilombola. (Silva, 2013, p. 20).

É possível analisar outros processos de políticas públicas, que estavam sendo implantadas nas comunidades quilombolas de casca, um destes projetos foi o RS rural (programa de investimento no meio rural para que os agricultores tenham garantias de sobrevivência no campo sem ter que sair do campo).

Neste percurso do estudo foram realizadas entrevistas formais, informais, semiestruturadas, as quais tinham por objetivo apreender junto aos entrevistados suas percepções acerca dos temas abordados e discutidos, envolvendo principalmente assuntos relativos à educação nas comunidades remanescentes de quilombo. (Silva, 2013, p. 32).

Com a pesquisa o Paulo Silva concluiu que a educação formal de valorização da cultura e diversidade étnica-racial no cotidiano escolar é uma educação de qualidade e oportunidade que permanece longe da realidade do contexto sociocultural das comunidades quilombolas. A educação quilombola ainda é idealizada e está longe de fazer parte do currículo escolar, ela faz parte da escola só nas datas comemorativas, o resto do ano cai no esquecimento.

Dentre elas destacam-se as preocupações relacionadas com a educação no âmbito das comunidades remanescentes de quilombos que revelam, neste contexto, a precariedade do atendimento às demandas quilombolas. Tais demandas exigem providências tanto no que se refere a expansão do ensino formal institucional quanto no atendimento às peculiaridades históricas e socioantropológicas dos saberes quilombolas, no que tange a preservação, e manutenção, invenção e reinvenção dos seus saberes culturais singulares. (Silva, 2013, p. 19).

Através de leituras reconheci, que a educação é um dos instrumentos que têm possibilidade de construir indivíduos pensantes e, um mundo melhor, onde minha esperança tem como idealização a educação de valorização, de respeito e de igualdade e mais, e que a educação pública tenha como foco as populações quilombolas que vem sendo desvalorizada desde a abolição.

No meio dos matos começamos a conhecer a realidade de algumas comunidades localizadas no meio rural. Com isso nos aproximamos de outras histórias de vida, conhecemos lugares de onde brotavam esperança e sabedoria lugares nos quais a terra era sinônimo de vida, de união, de coesão social e não apenas vista como mercadoria de troca e barganha. Lugares onde a história teima em ser contada de baixo para cima e que, no entanto, permanecia invisível. (Silva, 2013, p. 23).

Com a criação do artigo (art. 68 da Constituição Federal de 1988, decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003), espera-se que a tendência seja devolver um pouco do que foi tirado da autoestima e dignidade dos afrodescendentes. Com o ensino formal, as peculiaridades históricas e antropológicas que tange a preservação dos saberes culturais quilombolas têm adquirido uma nova perspectiva na história das comunidades quilombolas rurais.

Desse modo as reivindicações não ficam só na busca pelo direito à terra, são efetuadas com relação à educação, a precariedade das demandas na educação quilombola, as quais exigem providências quanto a um ensino de qualidade.

3.2 SEGUNDA TRILHA

Nesta segunda caminhada trilhei pela Comunidade Quilombola de São Miguel, região central do Rio Grande do Sul, situada em Restinga Seca com a tese de pós-graduação de Dilmar Luiz Lopes, realizada em 2012. O título de sua pesquisa é "Roda de Conversa e Educação Escolar Quilombola Arte Falar Saber Fazer".

Dilmar construiu sua tese direcionada à trajetória humana e Social na política educativas que tem o compromisso histórico dos movimentos sociais na confirmação de uma educação escolar Quilombola que aponta para uma proposta educacional que emerge na comunidade de São Miguel Município de Restinga Seca. Esta pesquisa visa entender as políticas públicas de educação do Programa Brasil Quilombo (PBQ) nas práticas sociais e como foi a adaptação nas Comunidades Quilombolas de São Miguel Município de Restinga Seca. Ele explana:

Procurei produzir conhecimentos referentes à educação escolar quilombola que servissem de apoio para melhorar a existência humana na sociedade e em especial, a formação docente que respeite fazer e o saber que brotam do território, com toda sua diversidade e suas contradições, num processo dialógico que emerge do cotidiano e da memória negra quilombola. (Lopes, 2012, p. 22).

Para Dilmar Luiz, o PBQ, é uma das medidas tomadas para manter a hegemonia e controle de determinados grupos sociais que, também protagonizam os quilombos no que tange aos direitos étnicos dos Quilombolas. De maneira que, nos últimos períodos do governo houve um retrocesso nas políticas públicas de marcação de território Quilombola e nos pequenos avanços na educação e na construção das diretrizes curriculares Nacionais na educação escolar quilombola. Para ele:

Adão (2007) problematiza as políticas públicas de ações afirmativas entendidas como decorrentes das organizações e das ações históricas do movimento negro. Analisa os discursos, as narrativas, ideário e os sustentáculos das políticas públicas de ações afirmativas em educação de negros, concretizadas nas leis, projetos e programas do atual governo federal Brasileiro (SECADI, FCP, MC, SEPPIR). (Lopes, 2012, p. 57).

Este Programa, Brasil Quilombo surgiu através das reivindicações dos movimentos sociais no intuito de demarcação de terra e educação escolar Quilombola. De 2008 a 2011 na segunda etapa da pesquisa, Dilmar Luiz Lopes diz que a educação quilombola teve um saldo positivo nos debates em níveis locais e nacionais quando definiu um marco na pedagogia de Construção das Diretrizes Curriculares de uma educação quilombola, sendo que, nas comunidades de São Miguel tiveram como atores professores, alunos, várias comunidades da região, líderes comunitários e gestores do Município.

Demonstram também que o Estado não constrói sozinho o processo de institucionalização dessa modalidade de Educação e precisa garantir participação ativa dos movimentos sociais, da sociedade civil, da legislação vigente e do compromisso ético/político dos governos Federal, Estadual e Municipal. (Lopes, 2012, p. 19).

A pesquisa foi realizada com 21 pessoas entre eles anciãos, adolescentes e líderes das comunidades do Município de São Miguel em que a aponta para uma construção da educação Quilombola, é necessário que passe pelos conhecimentos das comunidades, com um retrocesso nas memórias dos anciãos e líderes comunitários, que contam sua história através de uma roda de conversa e entrevistas individuais que emerge do cotidiano dos sujeitos, para tal foi realizado um questionário passado em 14 comunidade quilombola do município de São Miguel sobre a educação quilombola que vem para a construção de uma aprendizagem que brota do território do saber fazer relacionada às práticas e políticas sociais.

O fenômeno educativo é considerado na lógica do sistema do capital e naquilo que é determinante onde quer que ele exista, em suas relações sociais contraditórias, qual seja, o Programa Brasil Quilombola e o processo de implementação da educação em áreas de comunidades quilombolas cuja natureza e função estão longe de ser bem conhecidas pela pedagogia. (Lopes, 2012, p. 24).

Em 2012 a educação quilombola saiu do papel e se concretizou no marco das diretrizes curriculares nacionais, mas os afrodescendentes de muitas regiões do Brasil ainda não têm o conhecimento da criação destas normas para Educação Básica Diretrizes Curriculares, e uma Educação que valoriza os saberes, práticas que fazem parte das comunidades Quilombolas. Reivindicação de movimentos Quilombolas com o intuito de conquistar o título do território a partir do marco Regulatória 4887/03.

3.3 TERCEIRA TRILHA

Minha terceira trilha foi na Comunidade Quilombola Santa Rita das Barreiras, no município de São Miguel do Guamá (PA) com Laís Rodrigues Campos da Universidade Federal do Pará (UFPA), o título da pesquisa dela é "Educação Escolar Quilombola e o Currículo Escolar Histórico-Cultural: Olhares Sobre as Práticas Educativas de um Quilombo em São Miguel (PA)". Esse foi um artigo apresentado no congresso da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) em 2014.

A temática de Laís estuda a valorização da cultura, formação de um povo Brasileiro e o desenvolvimento histórico, principalmente, no espaço escolar da comunidade Quilombola Santa Rita das Barreiras, Município de São Miguel do Guamá, Nordeste Paraense. Ela inicia seu trabalho com uma indagação: “Como é construído o Currículo Escolas da Comunidade Quilombola de Santa Rita das Barreiras e, os professores como são suas práticas na realidade sociocultural e quais estratégias usadas?”. Assim:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural e educacional preciso que os educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-la em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade. (Gomes *apud* Munanga, 2005, p. 147, *apud* Campos, 2014, p. 12).

Os professores relatam que ainda há um descaso em relação a cultura negra nas práticas escolares com relação a diversidade cultural nos currículos escolares sendo que, eles buscam trabalhar a cultura negra na escola mesmo não tendo suporte dos órgãos responsáveis pela educação no Município. Os professores buscam materiais que darão suporte para usar em suas práticas e que dê inter-relação entre saberes culturais Quilombola no ensino formal para assim desenvolverem uma educação que valorize os sujeitos.

É preciso entender o contexto sociocultural dessas comunidades, uma educação que traga envolvimento com a história desses sujeitos sociais para que se reconheça e queiram ser cada vez mais reconhecidos na sociedade em geral. O currículo se expressa em usos práticos, que além disso tem outros determinantes e uma história. (Sacristán, 2000, p. 202 *apud* Campos, 2014, p. 15).

Esta pesquisa é construída com professores das séries iniciais até o 9º ano do ensino fundamental. Este estudo foi realizado com entrevista semiestruturada buscando a realidade dos sujeitos, tendo um objetivo de valorização do projeto investigativo. Neste estudo realizado por Laís, teve o entendimento que as leis desenvolvidas tornam o ensino história e cultura Afro-Brasileiro nas instituições de ensino obrigatórias. No ensino superior foram desenvolvidas as políticas de cotas para negros e indígenas de 2008 lei

11.640/8, altera a lei 9.394/96, que muda pôr a lei 10.639/03 através destas alterações nas políticas educacionais Brasileira que são obrigatórias para garantir aos negros oriundos de um passado de descaso o direito a vagas nas Universidade públicas.

Capacitar a todos os indivíduos com uma serie de conhecimentos, habilidades e valores que lhes permitam entender a sociedade e a cultura na qual vivem, participar nela responsabilmente e melhora lá. (Sacristán, 2000, p. 37).

Essa discussão buscou levantar a questão de que a escola é um palco de construções das interações sociais e culturais por meio da relação entre o conteúdo proposto pelas diretrizes curriculares e as práticas sociais entre alunos e educadores que fazem parte desta localidade investigada. Nesse sentido, a autora diz que comunidade:

Implica a construção de práticas pedagógicas de combate a discriminação racial, um rompimento com a “naturalização” das diferenças étnico/raciais, (...) uma alternativa para construção de práticas pedagógicas que se posicionem contra a discriminação racial. (Gomes, 2003, p. 77, *apud* Campos, 2014, p. 24).

Possíveis indagações foram apresentadas a problemática em questão: qual a compreensão dos professores sobre as práticas da realidade de uma Comunidade Quilombola e quais as estratégias utilizadas pelas práticas educativas de valorização da realidade sociocultural?

O fato é que nesse momento a escola pública era pensada por uma elite Brasileira arraigada em um emblemático caráter nacionalista e patriótico. Visto que a partir de 1930 com o Brasil em busca de uma identidade Nacional coloca o povo Brasileiro a ideologia de mestiçagem construindo assim o mito da democracia racial, pois esta teoria admita que pessoas de raças e cores diferentes convivessem socialmente de maneira harmônica. (Campos, 2014, p. 11).

A história e cultura africanas e afro-brasileiras fazem parte das diretrizes curriculares nacionais. Com os direitos estabelecidos por lei as comunidades Quilombolas terão a garantia de um espaço articulados nos saberes tradicionais e práticas socioculturais visando um processo educativo na cultura e identidade étnica racial dos Quilombolas. Para o reconhecimento destes sujeitos sociais, precisa de uma educação que fale, que se reconheçam e queiram ser reconhecidas. O currículo escolar é um processo que precisa ser entendido no contexto sociocultural das comunidades quilombolas do Brasil.

3.4 QUARTA TRILHA

Na quarta trilha, andei por uma história de memória do Quilombo do Areal da Baronesa no Bairro Menino Deus, centro do Município de Porto Alegre com Lueci da Silva Silveira, em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de 2015 intitulado: "Noções de Educação Quilombola e Reconstrução da Identidade Quilombola na Comunidade do Areal entre a década 1980 até os dias atuais".

Lueci vai em busca de uma compreensão sobre a reconstrução da identidade Quilombola através de memórias coletivas, e representações para que uma comunidade se concretize e desenvolva sua identidade e, por sua vez, atue na história de um grupo. Aqui é importante dizer que a construção de identidade e história são realizadas com base em memória coletiva. Lueci em seu estudo busca associar a compreensão das ideias que tem de uma educação Quilombo.

O Programa Brasil Quilombola reforça que a nacionalização da identidade, e o que modo pelo qual a identidade dos diferentes grupos sociais são territorializados, seja no acesso aos bens e serviços como a educação onde as crianças negras tiveram acesso somente a partir de 1889. (Silveira, 2015, p. 15).

Para Lueci é importante destacar o que é considerado um quilombo: “Um quilombo era mais que uma simples tática de lutas: uma sociedade organizada, social, política e econômica”. Os Quilombos tiveram um reforço após a criação do Programa Brasil Quilombola em 2004 pelo Governo Federal, onde se reforça a nacionalidade das identidades dos diferentes grupos sociais. Segundo a autora, “é a partir dessas representações que uma comunidade constrói sua identidade baseada em uma memória coletiva, que por sua vez atua na construção da história do grupo” (Halbwachs, 1990 *apud* Silveira, 2015, p. 9).

Ela relaciona, ainda, as memórias individuais dos indivíduos, baseando-se na memória coletiva para a construção de uma identidade na compreensão da Educação de uma Comunidade Quilombola.

Nesse caso, a memória está enraizada nesses contextos e a presença de diferentes participantes permite que haja uma transposição de memórias de sua natureza pessoal para que se converta em um conjunto de acontecimentos partilhados por um grupo, saindo de uma memória individual para uma memória coletiva. Uma comunidade Quilombola compartilha dessas lembranças oriundas de uma memória coletiva e tomada como uma trajetória de todos e guardada na lembrança dos mais velhos. (Silveira, 2015, p. 15).

Para a autora a identidade de um povo, que através de muitas lutas se realizam na busca pelo território, tem na Fundação Cultural Palmares um papel importante na consolidação do cumprimento do artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias que disponibiliza as comunidades remanescentes de Quilombos o direito ao título das terras onde vivem. Este artigo inclui uma proposta de Educação de valorização dos sujeitos, com melhorias nas diretrizes curriculares, foi através destas conquistas que se define um Quilombo.

De acordo com o Projeto Quilombo do Areal, chamado 'Memoria e Patrimônios pela coordenação da memória Cultural e pelo Projeto Descentralização da cultura da Secretaria municipal da Cultura', esta comunidade se reconhece como legatária do Areal da Baronesa, antigo Território negro de Porto Alegre um tanto famoso por sua trajetória histórica ligada ao início da cidade, agregando uma das primeiras ruas de Porto Alegre, também por suas casas de religião, pelo carnaval de rua, por seus músicos populares. (Marques, 2006 *apud* Silveira, 2015, p. 20).

A educação não formal, por outro lado, deixa marcas muito presentes com as narrativas passadas dos moradores mais velhos da comunidade. Esta pesquisa se realizou com entrevista dos moradores do Quilombo do Areal da Baronesa que contam suas vivências e relatam suas memórias, como instrumento de construção de identidade.

Por outro lado, nos dias atuais, tivemos os jovens da comunidade sendo preparados como oficinairos no projeto do Museu de Percurso do Negro, que valoriza a arte e memória das ruas de Porto Alegre, reforçando que a cultura de uma sociedade gira em torno de sua capacidade de transmitir valores de promover a produção e certa dose de apropriação coletiva de bens culturais. (Silveira, 2015, p. 40).

Neste trabalho, eu entendi que a sociedade Brasileira que viveu anos nos cantos obscuros do País, que tinha restrições na história, que ainda acontece em algumas escolas e que até os dias atuais se restringe a cultura negra somente nas datas comemorativas. No entanto, não podemos esquecer que a cultura negra faz parte dos currículos escolares e da história do Brasil.

Também na educação estas questões se manifestam e têm-se traduzido de diferentes maneiras, algumas mais sutis e outras mais explícitas. Estão presentes quando o fracasso escolar é atribuído a características sociais ou étnicas dos alunos; quando diferenciamos os tipos de escolas segundo a origem dos alunos, considerando que uns são melhores que os outros, têm maior potencial e, para se desenvolver uma educação de qualidade não podem se misturar com sujeitos de menor potencial; quando, como professores, situamos-nos diante dos alunos, a partir de estereótipos e expectativas diferenciadas segundo a origem social e as características culturais dos grupos de referência;

quando ao reconhecer determinados grupos culturais promovemos uma visão estereotipada e folclórica de seus universos culturais caracterizados *por um percurso turístico de costumes, que converte a diversidade cultural em um almanaque que engrossa a lista dos festejos escolares.* (Skliar; Duschatzky, 2000, p. 171, *apud* Candau, 2014, p. 39).

Como diz Candau (2014), a cultura negra é lembrada só nas datas folclóricas, após o final das datas comemorativas a história do negro cai no esquecimento. “O quilombo, hoje não está isolado do restante da população e nem sempre a sua forma decorre de insurreições ou rebelados.” (Reis, 2001, p. 144).

3.5 QUINTA TRILHA

A caminhada na quinta trilha é a última deste estudo e, trata da Comunidade Quilombola de Barreiro Grande no Município de Serra do Ramalho/BA, com Shirley Pimentel Souza, sua pesquisa foi realizada em 2015, é intitulada "Educação Escola Quilombola: as Pedagogias Quilombolas na Construção do Curricular".

Em seu estudo, Shirley se refere aos direitos fundamentais dos descendentes Quilombolas que lhes foi negado, o direito de conhecer outras facetas da história dos afrodescendentes, entender e compreender que a história dos negros Brasileiros faz parte da história do país.

Segundo Souza (2015, p. 13) de acordo com as diretrizes Nacionais para educação quilombola, esta modalidade de educação é destinada ao atendimento das comunidades quilombolas rurais ou urbanas e deve garantir-lhe o direito de se apropriar dos conhecimentos construídos tradicionalmente em seus territórios, de modo a garantir seu conhecimento valorização e manutenção. “Deste modo foi possível evidenciar as formas de ensinar e aprender dos quilombos, ou seja, as pedagogias quilombolas, como elementos primordiais para construção de um currículo escolar quilombola.” (Souza, 2015, p. 8).

A Educação Escolar Quilombola diz respeito ao ensino ministrado nas escolas da Educação Básica e deve se fundamentar e se alimentar da: a) da memória coletiva; b) das línguas reminescentes; c) dos marcos civilizatórios;) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos e festejos usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o País; h) da territorialidade. (Brasil, 2012 *apud* Souza, 2015, p. 16).

E para a melhor compreensão da cultura africana, ela deveria fazer parte do currículo escolar como parte da pedagogia no processo de ensino e aprendizagem. Na educação Quilombola acredita-se em uma pedagogia para Quilombolas, sejam eles rurais ou urbanas, que seja planejado nas práticas culturais que fazem parte de cada comunidade quilombo. Sendo assim, mesmo que a educação quilombola tenha 11 anos de criação, o Estado tenha garantido Diretrizes Curriculares específicas para Educação Quilombola, foi constatado poucos avanços na realidade das escolas.

Creio que pela falta de formação pedagógica pela forma como administração Municipal conduz o processo de educação e, principalmente por se tratar de uma categoria ainda recente no âmbito da educação, não existe uma clareza do que de fato seja educação quilombola. (Souza, 2015, p. 69).

Shirley ao realizar a pesquisa no quilombo de Barreiro Grande no Município de Serra do Ramalho/BA, obteve dados através de experiência de anos de vivência com as escolas quilombolas e ancestralidades. Ela elaborou entrevista nas casas dos anciãos da comunidade quilombola.

A opção que fizemos foi pela utilização da entrevista semiestruturada que foi gravada em áudio e, em alguns casos também em vídeos, que foram posteriormente transcritos para fins de análise e interpretação. (Souza, 2015, p. 24).

4 METODOLOGIA

Apresentarei a metodologia empregada em minha pesquisa. Meu problema de pesquisa trata de uma temática que considero relevante, pois busca compreender por que há um número reduzido de quilombolas de minha comunidade inseridos no ensino superior e, também, investigar como ocorre o acesso dos Quilombolas ao mesmo. Para tal, busquei elementos nos relatos dos egressos e daqueles que estão cursando o ensino superior.

4.1 TIPO DE PESQUISA

Para o desenvolvimento deste estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso com entrevistas semiestruturadas e estruturadas, que tiveram uma abordagem de aproximação íntima entre sujeito e objeto a ser pesquisado, tendo um contato direto constante e estreito. O desenvolvimento da pesquisa de enfoque qualitativo apresenta as seguintes características:

o instrumento-chave, o ambiente é a fonte direta dos dados, não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos, tem caráter descritivo, o resultado não é o foco da abordagem, mas sim o processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo. (Godoy, 1995; Silva; Menezes, 2005 *apud* Freitas; Jabbour, 2011, p. 9).

Segundo Lüdke e André (1986, p. 11) “a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada”; uma pesquisa qualitativa tem a finalidade de abordar uma explicação ou descrever uma situação.

A entrevista semiestruturada é variável e complexa quanto aos fenômenos investigados, pois dá ao entrevistado a liberdade de falar livremente sobre os assuntos que vão surgindo, conforme se desenvolve a entrevista. O foco da abordagem qualitativa é a interpretação do processo e seu significado, o fenômeno e o objetivo a ser estudado.

Entre esses dois tipos extremos se situa a entrevista semiestruturada, que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações. (Lüdke; Andre, 1986, p. 34).

Uma abordagem qualitativa pode ser por entrevistas e análise documental. O material coletado nesta pesquisa é valioso, a “abordagem qualitativa se centra na identificação das características de situações, eventos e organizações” (Llewellyn; Northcott, 2007 *apud* Freitas; Jabbour, 2011, p. 9).

O estudo de caso tem características na abordagem através de uma variedade de fontes de coletas de dados, observação direta e entrevistas e a partir de pesquisa em arquivos documentos, “O estudo de caso visa a descoberta. Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda.” (Lüdke; Andre, 1986, p. 18-19). Nele, o pesquisador deve exercer uma investigação transparente para informação de fontes e um estudo profundo, é um estudo que reúne informações detalhadas sistemáticas sobre o que está sendo investigado.

Um estudo de caso é uma história de um fenômeno passado ou atual, elaborada a partir de múltiplas fontes de provas, que pode incluir dados da observação direta e entrevistas sistemáticas bem como pesquisas em arquivos públicos e privados. (Voss; Tsikriktsis; Frohlich, 2002 *apud* Freitas; Jabbour, 2011, p. 11).

4.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a realização da coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gravação de áudio e escrita. Foi realizado, também, o registro de observações, imagens e conversas escritas no diário de campo. Houve algumas entrevistas estruturadas, leituras de bibliografia referente ao tema e análise documental.

Com relação aos roteiros para a realização das entrevistas com os moradores e participantes (egressos e estudantes do nível superior), seguem as questões utilizadas:

1. *Qual o seu grau de escolaridade e formação?*
2. *Onde você concluiu o ensino médio?*
3. *Quando e como foi o seu ingresso no ensino superior?*
4. *Você acessou alguma política de cotas? Quais?*
5. *Como é (ou foi) cursar o ensino superior?*
6. *Qual a sua percepção sobre as disciplinas da graduação?*
7. *Quais recursos, locais e materiais (livros, computadores, internet) você dispõe para realizar os estudos?*
8. *Você encontrou algum problema após ingressar na universidade? Quais?*

9. *Qual a importância de obter um diploma de curso superior?*
10. *O que você mais gostou do tempo que passou na universidade?*

4.3 PARTICIPANTES, LOCAL, PERÍODO

A pesquisa foi realizada no período correspondente ao final do ano de 2020 e início do ano de 2021. Nesse período ocorreu:

- Realização de leituras para aprofundamento do tema, como subsídio para as análises;
- Entrevistas com seis moradores do Quilombo, com idades entre 23 e 43 anos, três egressos e três estudantes do nível superior;
- Prévia busca pela autorização e assinatura do Termo de Consentimento, Livre e Esclarecido (TCLE, Anexo 1).
- As entrevistas ocorreram na residência dos entrevistados, individualmente, em área externa, com duração de aproximadamente 30 minutos e, seguindo os protocolos de segurança tais como: uso de máscara e distanciamento em razão da pandemia viral causada pela Covid-19 (Coronavírus Disease - 2019).
- Antes das perguntas foi apresentado, a cada entrevistado, as informações sobre a pesquisa, esclarecendo os procedimentos, incluindo o uso de gravação de áudio e registros no caderno de campo.
- Duas das entrevistadas por estarem em início de isolamento social, participaram apenas respondendo ao questionário por e-mail.

A pesquisa se estendeu em razão do período pandêmico, problema esse que dificultou um pouco a abordagem dos participantes para a realização das entrevistas. Entretanto, todas as medidas preventivas foram seguidas.

5 TRILHAS DOS QUILOMBOLAS DE CASCA À UNIVERSIDADE

Falar pelos povos tradicionais em uma pesquisa, implica perguntar a eles sobre o que pensam e sentem a respeito de suas possibilidades e de seu modo de vida. Por isso, apresento discussões que buscam analisar e problematizar elementos abordados durante as entrevistas com os moradores do Quilombo de Casca – estudantes e egressos de cursos superiores.

5.1 QUILOMBOLAS DE CASCA: ESTUDANTES E EGRESSOS DE UNIVERSIDADES

Iniciarei com a provocadora citação de Larrosa, a qual nos leva a problematizar a apropriação das línguas pois, entre elas, ele destaca a importância da linguagem na produção de conhecimento nas atividades universitárias, dizendo:

E todos os dias somos convidados a falar e a escutar, a ler e a escrever, a participar ativamente nesse gigantesco maquinário de fabricação e de circulação de informes, de projetos, de textos. A pergunta é: em que língua? E também: pode ser *essa* língua a *nossa* língua. (Larrosa, 2007, p. 57-58).

Ele aborda ainda que “a linguagem não é apenas algo que temos e sim que é quase tudo o que somos, que determina a forma e a substância” (Larrosa, 2007, p. 58). O que nos leva a pensar que a língua universitária pode se chocar com outras, pois “diferentes maneiras de dizer nos colocam em diferentes relações com o mundo, com nós mesmos e com os outros” (Larrosa, 2007, p. 58); sinto que se chocou com a minha e com a maioria dos participantes da pesquisa, por isso, trouxe essa discussão. A provocação que fica é a de colocar em jogo o seu próprio ouvido, “sua própria sensibilidade ao modo como algumas formas de escrever e de ler, de falar e de escutar, ampliam a submissão, o conformismo, a estupidez, a arrogância e a brutalidade” (Larrosa, 2007, p. 59).

Posto isso, para apresentar os estudantes e egressos que participaram da pesquisa, trago o Quadro 1, que elaborei a partir das entrevistas realizadas, nele mostro algumas de suas características e de suas trajetórias acadêmicas. Os seis sujeitos da pesquisa são quilombolas com idade variando entre 22 e 43 anos, com prevalência do sexo feminino (4 mulheres e 2 homens). A maioria deles já concluiu o ensino superior e dois deles têm pós-graduação e ingressaram na Universidade entre os anos de 2011 e 2019, destes apenas

três pela modalidade de cotas – esses ingressos ocorreram nos cursos de Licenciatura em Educação Física (Universidade Federal de Pelotas - UFPEL), Ciências Econômicas (UFPEL) e Pedagogia (Universidade Federal do Rio Grande - FURG).

Quadro 1 – Dados dos participantes da pesquisa

	Estudante 1 LU	Estudante 2 CR	Estudante 3 CL	Egresso 2 CA	Egresso 1 LA	Egresso 3 RO
Curso(s) de graduação	Licenciatura em Educação Física	Ciências Econômicas	Pedagogia Ead	Licenciatura em Letras (Espanhol) Ead e Pedagogia	Licenciatura em História	Pedagogia
Universidade (s) que cursa/cursou o Ensino Superior	UFPEL IFRS- Osório	UFPEL	ESAB (Escola Superior Aberta do Brasil)	UFPEL Pólo Mostardas UNINTER - Osório	FURG	FURG
Ano do ingresso na Universidade	2017 Está no quarto semestre.	2019	2017	2011 até 2015	ENEM, 2013 até 2017	2014 até 2018
Cotista	Cotas para Quilombolas. Bolsa permanência e casa do estudante	Cotas para Quilombolas. Bolsa permanência e casa do estudante	Não cotista	Não cotista	Bolsa permanência e casa do estudante	Cotas para Quilombolas.
Idade do ingresso na Universidade	19 anos	24 anos	39 anos	20 anos	29 anos	22 anos
Sexo	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
Ano de conclusão do Ensino Médio e Cidade	2017 Capivari	2019 Palmares	1999 Porto Alegre	2008 Mostardas	2000 Mostardas	2009 Solidão, Mostardas
Curso de pós-Graduação	-	-	-	Especialização – Uniasselvi, 2019	Mestrado – FURG, 2017	

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2 CONHECENDO ALGUMAS TRILHAS...

Como nos diz o autor “A língua da experiência não só traz a marca do falante, mas também a do ouvinte, a do leitor, a do destinatário sempre desconhecido de nossas palavras e de nossos pensamentos” (Larrosa, 2007, p. 70). Início com essa citação, pois ela diz muito sobre os caminhos deste trabalho, do envolvimento daqueles quilombolas

que participaram da pesquisa, disponibilizando seu tempo e compartilhando suas experiências, as quais nos possibilitam sentir em suas palavras os seus pensamentos, os seus sentimentos e as suas marcas.

Falar (ou escrever) com as próprias palavras significa se colocar na língua a partir de dentro, sentir que as palavras que usamos tem a ver conosco, que as podemos sentir como próprias quando as dizemos, que são palavras que de alguma maneira nos dizem, embora não seja de nós de quem falam. Falar (ou escrever) na primeira pessoa não significa falar de si mesmo, colocar a si mesmo como tema ou conteúdo do que se diz, mas significa, de preferência, falar (ou escrever) a partir de si mesmo, colocar a si mesmo em jogo no que se diz ou pensa, expor-se no que se diz e no que se pensa. Falar (ou escrever) em nome próprio significa abandonar a segurança de qualquer posição enunciativa para se expor na insegurança das próprias palavras, na incerteza dos próprios pensamentos. Além disso, trata-se de falar (ou de escrever), talvez de pensar, em direção a alguém. (Larrosa, 2007, p. 70).

As trilhas escolares e acadêmicas narradas pelos quilombolas nos mostram os caminhos percorridos, a superação de obstáculos, os sentimentos e circunstâncias envolvidas inicialmente, no desenvolvimento e, em alguns casos, na conclusão do ensino superior. Nesse sentido, passo a explorar e dar a conhecer cada uma delas.

5.2.1 Trilhas do estudante quilombola LU

LU está cursando Licenciatura em Educação Física na UFPEL, ingressou em 2018 e conta que estaria indo para o quarto semestre, se não fosse a pandemia, mas está no segundo semestre. Diz, ainda que se tivesse permanecido no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), estaria no quinto semestre de Matemática (Instituto Federal - Osório). Nesse momento, LU, faz uma observação contando que trocou o Instituto Federal pela Universidade Federal de Pelotas, porque em Osório, mesmo o curso sendo gratuito, ele tinha que trabalhar para se alimentar, se vestir e pagar o transporte, que em razão da distância de sua casa custa caro, mesmo com um desconto de estudante de 50%. Na UFPEL ele concorreu às cotas para indígenas e quilombolas; conseguiu a de quilombolas, teve acesso a Bolsa permanência e a casa do estudante. Todos esses incentivos, viabilizaram os seus estudos. Em suas palavras: *“Se não fossem as cotas, a entrada na universidade seria muito mais difícil, pois um cursinho preparatório para o vestibular fica distante da comunidade e a mensalidade é muito alta”*.

O relato do estudante quilombola LU, do curso de Licenciatura em Educação Física chama atenção, pois evidencia as dificuldades de acesso à educação básica e a

precariedade das escolas, o que demonstra situações desafiadoras em busca da educação escolar dos quilombolas: a falta de recursos nas escolas da comunidade, acesso a poucos livros, não ter acesso a computadores e nem internet, ele diz:

Quando eu estava lá fora, na comunidade, eu não tinha muito acesso. No ensino fundamental, anos iniciais, só em casa e, mesmo assim, era difícil a questão da internet. Depois quando eu fui estudar na Nossa Senhora eu já tive uma noção, mas depois que eu vim para Capivari foi que eu vi o que era um laboratório de informática com diversos computadores. Como eu vinha de fora sem conhecer um laboratório de informática foi algo novo, aí depois peguei o ritmo, não tive livros para ler, muito poucos. Concluí meu ensino médio em Capivari na escola Artur, o fundamental eu iniciei na escola Quitéria da comunidade. Na quinta série fui transferido para a escola Nossa Senhora e concluí o fundamental em Capivari, na escola estadual MMS Capivari. (Lu, 2020).

Relacionado às circunstâncias do ensino nos quilombos, Campos (2016, p. 88) comenta que “é notório que a Educação Escolar Quilombola enquanto uma modalidade de ensino necessita ser mais bem implementada nas comunidades”. Além dela, Dayrell diz que "a experiência escolar é um espaço de formação humana ampla, e não apenas transmissão de conteúdos" (Dayrell, 1996, p. 10). O mesmo autor, ao falar sobre a aprendizagem, comenta que esta implica “estabelecer um diálogo entre o conhecimento a ser ensinado e a cultura de origem do aluno" (Dayrell, 1996, p. 22). Para ele, "É fundamental que os profissionais da escola reflitam mais detidamente a respeito dos conteúdos e significados da forma como a escola se organiza e funciona no cotidiano." (Dayrell, 1996, p. 25-26).

Quando perguntei se ele encontrou algum problema após ingressar na universidade, LU (2020) respondeu:

Ingressei no ensino superior no Instituto Federal em Osório, em Licenciatura em Matemática, no ano de 2017. Em 2019 fiz a prova para Educação Física em Pelotas, concorrendo às vagas para quilombolas, daí eu desisti do Instituto Federal para a UFPel, porque dá mais possibilidades em continuar os estudos, cursar o ensino superior para mim é uma experiência muito boa que estou vivendo, de muito aprendizado. Teve algumas palavras que tive que pesquisar o significado, o professor falava eu pegava o telefone e ia pesquisar para saber o que ele estava falando. Até o dia de hoje não sofri nada, até posso dizer que sou muito querido pelos meus colegas e professores.

A dificuldade no uso do vocabulário na universidade mostra que a falta de acesso aos livros e a um ambiente de estudos é um fator que pode segregar os alunos. A falta de acesso ao conhecimento o faz sentir-se diferente, diminuído, fora dos padrões. Em relação ao uso do celular em aula, ele conta sobre uma cena ocorrida durante uma aula em que se

sentiu exposto, pois o professor chamou sua atenção na frente dos colegas, então ele respondeu que estava a 250 km de distância da família e poderia ser algo sério. Ele concluiu a fala dizendo: “*As pessoas não nos conhecem e pensam que são o centro de tudo*”. Aqui percebo que ele se sentiu de alguma forma incomodado com o fato de o professor não conhecer sua realidade e subjugar seu comprometimento com os estudos, que leva tão a sério, mas que na vida adulta está imersa em outras experiências pessoais. LU atendeu o telefone celular, mas não compreendeu a complexidade da situação porque:

Tais implicações desafiam os educadores a desenvolverem posturas e instrumentos metodológicos que possibilitem o aprimoramento do seu olhar sobre o aluno, como "outro", de tal forma que, conhecendo as dimensões culturais em que ele é diferente, possam resgatar a diferença como tal e não como deficiência. Implica buscar uma compreensão totalizadora desse outro, conhecendo "não apenas o mundo cultural do aluno, mas a vida do adolescente e do adulto em seu mundo de cultura, examinando as suas experiências cotidianas de participação na vida, na cultura e no trabalho (Brandão, 1986, p. 139 *apud* Dayrell, s/d, p. 11).

Quando perguntei sobre a relevância do diploma, ele respondeu: “*Veja, a importância do diploma é para conseguir um serviço, mas eu sei que não é só através do diploma que eu vou conseguir, precisarei de um bom currículo, de experiência*”. Já sobre o que mais gostou no tempo que passou na Universidade, ele falou:

Foi conhecer pessoas novas e projetos e lugares. Como por exemplo eu participo da barraca da saúde, através da barraca nós vamos para vários lugares para atender a comunidade. Para ter noção, o máximo que eu conhecia era Pelotas e Rio Grande, só de passagem. Depois que eu entrei para Universidade e fiz parte do projeto barraca da saúde fui a Pinheiro Machado em uma comunidade quilombola, fui a Pedro Osório atender um asilo. Veja, a importância do diploma é para conseguir um serviço, mas eu sei que não é só através do diploma que eu vou conseguir, precisarei de um bom currículo. (LU, 2020).

Percebo, com essa fala, o quanto LU se sente motivado e feliz com as experiências que tem tido ao cursar a universidade, pois foi possível acessar diferentes formas de conhecimentos que enriquecem a vida do estudante e futuro profissional.

5.2.2 Trilhas do estudante quilombola CR

CR, ingressou no ensino superior em 2019, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e está cursando o quinto semestre do curso de economia. Havia 10 vagas, uma para cada curso, ele fez o vestibular em dezembro de 2018 e iniciou o curso em 2019 e

utiliza as políticas de cotas, bolsa permanência, casa do estudante para continuar o ensino superior.

CR concluiu o ensino médio na modalidade de ensino de jovens e adultos. No último ano do ensino médio CR começou a trabalhar, era início da colheita. O horário da saída do trabalho não coincidia com a hora que iniciava as aulas noturnas, com isto ele faltava muito. No meio do ano ele estava com um grande número de faltas e ao final da colheita mudou-se para cidade de Palmares do Sul. CR, que estava morando na comunidade, foi morar com sua mãe, ele ao conversar com um professor que leciona na cidade, comentou sobre a sua situação nos estudos e, essa lhe falou da EJA.

Ele, durante a entrevista, fala de uma realidade que a EJA traz aos estudantes, uma forma de concluir os estudos em menos tempo. CR comenta sobre a importância do diploma para o seu futuro. Para ele, não são só as condições sociais, mas ainda o orgulho de conquistar um diploma. Os estudantes que buscam a EJA enfrentam a realidade da vida adulta juntamente com os estudos, nesse sentido, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 2000, p. 9):

Esta função reparadora da EJA se articula com o pleito postulado por inúmeras pessoas que não tiveram uma adequada correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional e nem a possibilidade de prosseguimento de estudos. Neste momento a igualdade perante a lei, ponto de chegada da função reparadora, se torna um novo ponto de partida para a igualdade de oportunidades. A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Para tanto, são necessárias mais vagas para estes "novos" alunos e "novas" alunas, demandantes de uma nova oportunidade de equalização. Tais demandantes, segundo o Parecer CNE/CEB nº 15/98, têm um perfil a ser considerado cuja caracterização se estende também aos postulantes do ensino fundamental.

CR fala que concluiu o terceiro ano do ensino médio na EJA em outra cidade, porque na escola que atende os estudantes quilombolas não têm esta modalidade de ensino, ele diz:

Concluí o ensino médio em Palmares na escola Albano, na EJA, eu estava estudando aqui no terceiro ano do ensino médio e trabalhando na colheita na fazenda passo fundo, na colheita do arroz e eu chegava na escola muito atrasado e já estava rodado por falta. Em junho ou julho eu fui morar em Palmares, o professor falou para mim sobre a EJA, e eu comecei a fazer a EJA, que era seis meses, no último semestre do ano eu conseguiria concluir o ensino médio. (CR, 2021).

De acordo com o Ministério da Educação as diretrizes trazem orientações que visam o atendimento das populações rurais:

É interessante destacar que o supletivo, atual Educação Jovens e Adultos (EJA), está entre as etapas e modalidades compreendidas pela Educação Básica, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola para a Educação Básica. Mesmo que as Diretrizes não estejam sendo implementadas de fato, nelas estão as orientações básicas que visam o atendimento das “populações rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica (Ministério da Educação, 2012, p. 3, *apud* Silveira, 2015, p. 24).

CR ao falar sobre a conquista das vagas dos cursos superiores, que está cursando, comentou que é uma vaga para cada um dos cursos destinados a estudantes quilombolas. Ele destaca que seu irmão, também conquistou o direito às vagas do curso superior e estava cursando agronomia na mesma instituição. Eles realizaram as provas juntos, mas cada um em sua área.

Ainda bem que houve um avanço das políticas públicas em relação aos direitos, no entanto ela ainda é muito devagar, mas está dando possibilidades para pessoas realizarem o estudo superior. Em suas palavras:

Eu entrei no ensino superior em 2019. Fiz um vestibular exclusivo para quilombolas na UFPEL, tinham 10 vagas, uma vaga para cada curso. Eu e meu irmão fizemos, cada um passou no curso que queria, fizemos a prova em dezembro de 2018 e começamos a estudar em março de 2019. (CR, 2021).

CR diz se sentir diferente, porque é do interior e quando chega aos centros urbanos fica visível que não é dali. Sua dessemelhança advém de seus hábitos e pensares diferentes das pessoas que moram na cidade. Ele comenta sobre a distância entre a universidade e sua comunidade, a qual fica a cerca de oito horas de viagem. Suas saudades de casa não são maiores, porque está com seu irmão. Ele diz: *“É difícil falar sobre isto, é diferente, a gente é do interior e vai para cidade, é outra realidade. Acaba convivendo com pessoas diferentes da gente, longe dos familiares. Não fico tão sozinho porque estou com meu irmão”* (CR, 2021). De acordo com Candau (2014, p. 38):

Nossa maneira de situarmo-nos em relação *aos* outros está construída a partir de uma perspectiva etnocêntrica. Incluímos na categoria *nós* todas aquelas pessoas e grupos sociais que têm referenciais semelhantes aos nossos, que têm hábitos de vida, valores, estilos, visões de mundo que se aproximam dos nossos e os reforçam. Os *outros* são os que se confrontam com estas maneiras de nos situar no mundo, por sua classe social, etnia, religião, valores, tradições etc. [...] Outro elemento a ser ressaltado relaciona-se às representações que construímos dos *outros*, daqueles que consideramos *diferentes*. As relações entre *nós* e os *outros* estão muitas vezes carregadas de dramaticidade e ambiguidade. Em sociedades em que a consciência das diferenças se faz cada vez mais forte, reveste-se de especial importância aprofundarmos questões como: Quem incluímos na categoria *nós*? Quem são os *outros*?

Quanto aos estudos, CR conta que tem algumas disciplinas que são mais difíceis que outras, mas que ele consegue estudar e recuperá-las. As disciplinas que ele tem menos compreensão são a de matemática e cálculos, as outras cadeiras ele consegue concluir sem problemas de compreensão, ele diz:

Tem algumas cadeiras que são um pouco mais difíceis, por exemplo matemática, cálculos, mas no mais a gente consegue ir levando aos pouquinhos. Repeti uma ou outra, aí vai de novo, daí consegue concluí-la. (CR, 2021).

O diploma para CR não é diferente do que é para a maioria das pessoas do quilombo, que lutam para adquirir a sua profissão, e uma realização pessoal, enfim, para agregar melhores condições de vida. Pois, através do conhecimento tem-se a possibilidade de viver e não apenas sobreviver. Sobre a importância do diploma, CR comentou: "*É uma questão social e ter uma condição de vida melhor, prestígio também, enobrece o ego*". Quando perguntei se tinha encontrado algum problema após o ingresso na universidade, ele diz:

Temos uma casa que é só para estudantes quilombolas e indígenas. E quanto ao relacionamento, não tem muitos estudantes lá. Tem os colegas que não moram na casa. Até hoje não tive nenhum problema de relacionamento com as pessoas, quanto aos professores não tive nenhum problema. Tem professores que exigem mais, mas nunca tive nenhum problema de relacionamento com os professores. Sobre ser quilombola e ter uma prova de ingresso diferenciada dos outros, sempre tem alguém que fala alguma coisa, nunca diretamente para mim. Ninguém fala nada, mas nos grupos da faculdade o pessoal sempre fala alguma coisa. (CR, 2021).

Nesse relato, CR deixa claro que percebe um olhar diferenciado por não ter entrado na universidade pelo tradicional vestibular, e mais uma vez ele traz a questão da

dificuldade em aceitar a diferença, marcando a relação entre nós e os outros. Perguntei o que ele iria sentir falta, quando terminasse a universidade, ao que ele respondeu:

O convívio com o pessoal, as amigas e sair de vez em quando. Mas, estou na metade do curso, tenho uns dois anos e meio pela frente, bastante tempo ainda para aproveitar. Quanto ao relacionamento é diferente, quando está no campus fica em contato com os outros. (CR, 2021).

O relato de CR me leva a pensar no que diz Larrosa (2011, p. 41) ao falar da desfamiliarização de nós mesmos em que:

A ideia do que é uma pessoa, ou um eu, ou um sujeito, é histórica e culturalmente contingente, embora a nós, nativos de uma determinada cultura e nela constituídos, nos pareça evidente e quase ‘natural’ esse modo tão ‘peculiar’ de entendermos a nós mesmos. São muitas as tribos nas quais seus membros tendem a identificar a ‘peculiar’ ideia que têm de si mesmos.

Relacionado a essa noção da contingência histórica e cultural da experiência de si e, da ideia que temos de nós e de nossa auto interpretação, encerro com o questionamento de Candau “Quem incluímos na categoria nós? Quem são os outros?”. (Candau, 2014, p. 38).

5.2.3 Trilhas da estudante quilombola LA

LA fez o Enem em 2012 e, em 12 janeiro de 2013 ingressou no curso de licenciatura em história da FURG, concluiu o curso em 2017, logo ingressando no curso de pós-graduação, tornando-se mestre no ensino de história. LA conta que concluiu a graduação no dia 7 de janeiro de 2017 (dia do leitor), três dias depois - dia 10, ocorreu a seleção para mestrado, ao que ela articulou: “*eu nem saí da casa do estudante, eu tinha toda minha mudança pronta, continuei mais dois anos*”.

Em sua trajetória estudantil, LA tem nítidas lembranças de cada dia de conquista que realizou. Elas coincidem com datas simbólicas na história do negro ou do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, em 2012 a universidade teve um período de quatro meses de greve e o cronograma estava todo desregulado por causa disso. LA iniciou suas aulas. Sua qualificação para o mestrado ocorreu no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e defendeu-o no dia 19 de setembro, um dia antes do feriado do dia 20 - Revolução Farroupilha.

Ela entrou na universidade, em ampla concorrência pela nota do Enem, mas quando ingressou no curso ficou sabendo que, naquele ano, o Ministério da Educação (MEC) havia lançado o programa bolsa permanência do MEC, portanto ela foi uma das pioneiras a acessar a bolsa permanência pela FURG. Para ingressar no curso ela teve que deixar o emprego de doméstica em Porto Alegre. Não tinha quase nada de dinheiro disponível para viagem e estudos. Ao chegar na universidade, na cidade de Rio Grande, foi auxiliada e acolhida por uma estudante quilombola da comunidade de Casca, na casa do estudante, pois não tinha nem onde dormir. No local conheceu algumas pessoas, as quais estavam em situação parecida com a dela. Sua nova amiga a levou para a pró-reitoria de assistência estudantil, onde foi providenciado a organização de um alojamento provisório. Através desse mesmo contato, soube da bolsa permanência a que teria direito, providenciando sua documentação como pertencente à comunidade quilombola, teve direito a bolsa e a moradia na casa do estudante.

A trajetória estudantil relatada por LA mostra as dificuldades encontradas pelos quilombolas ao acessarem a universidade, são várias as incertezas de sair da segurança de seu lar, de sua cidade e enfrentar o desconhecido. Esses são fatores que podem gerar medo e levar a desistência do sonho de concluir o ensino superior, em suas palavras:

*Eu tenho o ensino superior completo e pós-graduação, eu sou mestre no ensino de história pela FURG, Universidade Federal de Rio Grande. Eu me formei no dia 6 de janeiro de 2017 e dia 10 saiu o resultado da seleção de mestrado. Foi um período de muita descoberta porque eu era empregada doméstica desde 2001. **Nesta vida de empregada doméstica a gente é acostumada a ser mandada e se você não abaixa a cabeça e faz o que se mandam, você é má empregada. Eu estava acostumada neste ritmo, e na universidade eu pude me desfazer disso, me descobrindo mais como pessoa podendo dar minha opinião, coisa que na casa dos outros a gente nem abre a boca, nem come junto.** (LA, 2020).*

A egressa LA, conta ainda sobre o período de sua vida como empregada doméstica e o ingresso na universidade. Como uma empregada doméstica se acostuma a ser mandada, vai perdendo autonomia. E quando chega na universidade se desfaz da obediência e descobre, que pode ter atitude, opinião e ser uma pessoa crítica. O negro traz em sua vida na obediência, um traço presente desde os tempos de escravidão, segundo Silva (2006) os lugares dos quilombolas são de protagonistas e não de coadjuvantes.

Quando perguntei a LA sobre os recursos que ela tinha disponível, ela respondeu:

Não tinha, por que em 1998, 1999 e 2000 era internet discada, computador de mesa não tinha isso, não eram muitos lugares que tinham, ainda mais para gente do interior, portanto quando eu fui trabalhar em Porto Alegre eu fui fazer um curso de informática, porque eu achei que precisava para aprender um pouco, inclusive fiz o curso ao mesmo tempo que a neta da minha patroa. Eu a levava para fazer e aproveitei para fazer também. No ensino médio tinha todos os livros didáticos de todas as disciplinas, só não podia trazer para casa, porque se dividiam, o ensino médio era manhã tarde e noite. Quando eu fiz o ensino médio eu ia muito na casa de cultura de Mostardas no intervalo, e cada semana a gente lia um livro ou a gente ia até o cemitério, nós achávamos muito bonitas aquelas árvores. Eu concluí meu ensino médio na escola Padre Simão Moser em Mostradas no ano de 2000. (LA, 2020).

A fala dela faz notar, que tudo é possível, que existem barreiras e diferentes lugares para o estudo. Mostra, também, que as brechas encontradas e usadas são possibilidades para o estudo. Um fato que chamou minha atenção foi quando ela contou sobre a beleza encontrada na simplicidade de um lugar, no qual poucos se arriscariam em escolher como encontro de estudos: o cemitério, com suas belas árvores, um local rejeitado culturalmente como espaço de lazer, foi onde ela encontrou a possibilidade de contemplar a natureza e estudar com colegas e amigas.

Através dos relatos percebo também, que a educação básica se arrastou por anos sem perspectivas de mudanças, porque os lugares economicamente desfavorecidos continuam na espera por investimento, a fim de que ocorra transformação na educação, a qual prepare os indivíduos para a vida e para dar sequência aos estudos em Universidade. Freire (2000, p. 37 *apud* Silva 2013 p, 66) comenta que:

A realidade social, é um objetivo que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são produtos desta realidade e se esta, na inversão da práxis, se volta sobre eles e os condiciona, transformando a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.

LA (2020) continua dizendo que:

Fiz o Enem, e em 12 janeiro eu fiz a minha inscrição lá na FURG em 2012. Foi muito importante no dia da minha formatura, eu não tinha outra expressão, passei o dia inteiro e a noite rindo. Eu estava muito feliz por perceber que eu consegui, eu fui, eu passei dificuldade... antes de ir eu dizia assim, pensava comigo, eu não quero passar minha vida inteira de doméstica, porque com a vida doméstica eu vou ter uma subsistência. Eu vou ter um dinheiro para me manter, mas eu não vou ter vivido coisas que eu gostaria de viver. E, no dia da minha formatura eu estava muito, muito feliz porque a pessoa que ia ficar mais feliz por mim era o pai, porque uma coisa que o pai

*sempre dizia era: **vocês não vão trabalhar enquanto não terminar o ensino médio.** Para ver o quanto era importante para ele que era **analfabeto, ele não pôde estudar**, porque ele entrava na escola e tinha que sair para ajudar os avós a alimentar os irmãos mais novos. Ele, o tio e a tia ficaram analfabetos, porque entravam na escola e tinham que sair para trabalhar na lavoura para sustentar todos os mais novos. O pai, o tio e a tia são analfabetos e os mais novos sabem ler e escrever. Eu fui a primeira pessoa a conseguir fazer o ensino superior da parte da família da mãe e da família do pai.*

Posto isso, para o pai de LA a importância de seus filhos estudarem era relacionado a uma oportunidade, que ele e outros dois irmãos não tiveram. Por serem os filhos mais velhos dos avós de LA, tinham que trabalhar para auxiliar seus pais no sustento da família, assim como tantos outros que acabavam sendo analfabetos. Pensando em sua própria dificuldade, ele sentia-se no direito de exigir que seus filhos concluíssem o ensino médio. LA em sua formatura estava muito feliz pelos ensinamentos de seu pai, pois a pessoa mais feliz, além dela seria ele, seu pai. Por outro lado, sua felicidade era dupla, pois tinha a percepção de ter conseguido se formar, deixando de ser submissa, para ter uma vida de existência e não de subsistência. Em sua narrativa, ela diz:

*Poder entender que a gente sempre pode mais, **quando que eu ia imaginar que eu poderia viajar, que eu poderia apresentar trabalho em outro estado, em outro País.** Eu fui, eu pude. Com o dinheiro da minha bolsa eu juntei dinheiro e pude comprar os livros que eu quis, eu tenho passaporte quando na vida que eu ia imaginar que eu iria fazer um passaporte e conhecer outro país? (LA, 2020).*

Nesse momento, percebo em sua fala, o orgulho e satisfação promovidos pelo acesso à educação pública e de tudo que envolve a conquista de um diploma na vida de uma pessoa do campo, de uma estudante quilombola.

5.2.4 Trilhas da estudante quilombola RO

RO é formada no Curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Iniciou o ensino superior em 2014 e concluiu em 2018. Para seu ingresso na universidade, foi aprovada no processo seletivo pelo sistema de cotas para Quilombolas e Indígenas. Ela contou, durante a entrevista, que soube sobre as vagas para cursar Pedagogia, por pessoas vinculadas à Universidade as quais vinham das comunidades quilombolas e indígenas para divulgar e apresentar o sistema de cotas criado para minimizar as injustiças históricas sofridas pelos Quilombolas. RO conta que realizou três vezes a prova de vestibular, somente sendo aprovada na terceira tentativa. Comentou,

também, que para o último vestibular havia maior concorrência, ficando mais difícil de ingressar, conforme seu relato:

Em 2014 passei no processo seletivo da FURG para Quilombolas. Veio um pessoal da universidade aqui na comunidade e apresentaram este projeto de cotas que é para indígenas e quilombolas eu ingressei na terceira tentativa, para o final, as provas estavam ficando difíceis pela concorrência nas vagas. (RO, 2020).

O acesso à informação sobre os cursos ocorreu por meio de representantes da FURG que chegaram à comunidade para divulgar a oferta de cursos superiores na área de Pedagogia, História e Direito. Através desta interação o pessoal da universidade manteve contato com a escola e a comunidade ficou sabendo das cotas destinadas para negros e indígenas ao ensino superior. Nesse sentido, Campos (2016, p. 26) comenta:

Entende-se que os estudantes quilombolas que hoje ocupam a universidade ganham força na desmitificação de um espaço construído a partir de uma ótica elitista para promover ensinamentos a uma determinada classe, da qual os grupos discriminados, até então, não faziam parte. Esta luta é, portanto, fruto de intensas reformas educacionais no Brasil, de forma a possibilitar que o espaço universitário seja capaz de estabelecer uma possível democratização de ensino aos vários grupos da sociedade através do acesso ao ensino superior.

Quando perguntei para RO sobre o ingresso por cotas, ela disse:

Eu consegui ingressar no processo seletivo para Quilombolas, facilitou, mas, mesmo assim enviei vários documentos, tive que ter documentos da comunidade com assinatura do presidente e dois moradores da comunidade e comprovante de residência. (RO, 2020).

De acordo com RO essa documentação foi solicitada para comprovar que ela é quilombola e moradora da comunidade. Com as entrevistas realizadas e os relatos dos estudantes e egressos pude perceber que as escolas, as quais atendem alunos quilombolas não parecem aptas para preparar os estudantes ao ensino superior, devido a muitas carências de infraestrutura tecnológica, falta de professores e poucos recursos bibliográficos. Além disso, autores como Silva (2013), Sousa (2015), e Campos (2016), comentam em seus estudos que a educação quilombola caminha a passos lentos, tendo poucos avanços, mesmo com a criação das diretrizes curriculares em 2004. Eles falam também sobre essa precariedade e falta de infraestrutura em escolas que atendem estudantes Quilombolas e, do descaso com a cultura negra nas práticas escolares. Para Silva:

A população afro-brasileira, tornada invisível simbólica e politicamente, busca hoje recontar essa história, uma vez que, inscritos no contexto social do País, estão os negros a resgatar seus aspectos histórico-culturais e a recuperar direitos sociais elementares. Entre esses direitos, destacam-se a perspectiva de acesso à educação. (Silva, 2013 p. 49).

Sobre essa mesma percepção, RO conta que em sua época de escola não teve livros para ler, a não ser os livros didáticos:

Não tive livros para ler fora da disciplina, lembro que na época que eu estudava no ensino fundamental tinha uma biblioteca pequena com poucos livros e nós não pegávamos os livros para ler. Não lembro o que nós íamos fazer na biblioteca, ficávamos zanzando. (RO, 2020).

Ela aborda ainda, sobre a importância do diploma para ela e sua família, principalmente sua mãe, que prioriza os estudos dos filhos por acreditar ser de grande importância. Essa continua relatando, que o desejo de sua mãe era ver os filhos formados, para que não passassem pelas mesmas dificuldades passadas por ela ao trabalhar em casas de família, sobre a desvalorização de seu trabalho, e quando fazia hora extra sem remuneração e recebia salário baixo.

Após a formatura e ao se deparar com a concorrência de vagas no mercado de trabalho, RO sentiu-se sem esperança. Atualmente se sente desestimulada, porque desde que se formou (2018), vem se inscrevendo para contratos para docentes, mas não tem sido selecionada. Em razão disso, para se manter, busca trabalhos em outras áreas, hoje trabalha como consultora, vendendo produtos de beleza. Ela comentou que o diploma, tão importante para ela e sua família, representa não ter a mesma importância para o restante das pessoas, conforme explana ao dizer “*esta conquista e importância é só para quem sonha em conquistá-la*”:

O diploma para mim tem uma grande importância, eu me tornei Pedagoga e professora de ensino infantil, para minha mãe teve uma grande importância, mas para o restante não. Eu achei que sairia de lá e teria um pouco mais de valor, mas não, eu já fiz vários processos seletivos na prefeitura, nada aconteceu até agora. Até aulas particulares que eu dou aqui na comunidade, ninguém me chamou para dar aulas particulares. (RO, 2020).

Percebo, com a fala de RO, que logo após realizar o sonho tão esperado de ter ensino superior, a luta pela valorização do diploma continuou.

5.2.5 Trilhas da estudante quilombola CA

Duas das entrevistadas, CA e CL participaram da pesquisa logo no início da pandemia, durante o isolamento social, por isso não conseguiram participar das entrevistas dialogadas, isto é, participaram apenas respondendo ao questionário. O fato de não conversarmos impediu que eu conseguisse explorar melhor os questionamentos sobre suas realidades. Em razão disso, a análise a partir daqui será bastante sucinta, diferindo neste aspecto, das anteriores.

CA é licenciada em Letras com ênfase em Espanhol pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - polo Mostardas (cursou de 2011 à 2015), é licenciada em Pedagogia pela UNINTER - polo Osório, possui pós-graduação em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela UNIASSELVI e pós-graduação em Administração Escolar, Supervisão e Orientação também pela UNIASSELVI. Concluiu o ensino Médio na Escola Estadual de Ensino Médio Padre Simão Moser de Mostardas/RS.

Em resposta à entrevista estruturada, quando lhe perguntei sobre a importância em obter um diploma, sua resposta foi: *“É importante para a aquisição de conhecimentos e fonte de subsídios para ações posteriores à graduação”*. Em relação ao seu acesso à Universidade CA comentou que: *“o ingresso no Ensino Superior não ocorreu mediante a política de cotas raciais”* e, disse também, que o ingresso ao ensino superior foi uma experiência muito gratificante para sua formação. Percebi, ao ler seu relato que CA dá importância aos estudos porque ela escreveu: *“ao adquirir conhecimentos, posso alcançar subsídios para conquistas futuras”*. Segundo o autor Dayrell (1996, p. 4) o conhecimento é importante para a vida, pois:

A escola e vista como uma instituição única, com os mesmos sentidos e objetivos, tendo como função garantir a todos o acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente acumulados pela sociedade. Tais conhecimentos, porém são reduzidos a produtos, resultados e conclusões, sem se levar em conta o valor determinante dos processos.

Ao ser questionada sobre os recursos, locais e materiais (livros, computadores, internet) que tinha para realizar os estudos, respondeu: *“Faço uso de livros e acesso à internet para a realização de pesquisas ou estudos de qualquer tipo”*. CA conta que em sua trajetória estudantil sempre teve os livros e a tecnologia à sua disposição. Na época ela morava na cidade de Mostardas, por meio da internet teve acesso aos livros acessando o que desejava ler.

Em relação a relevância do diploma, CA comentou: *“Para mim é de grande importância, para se ter uma melhor condição de vida”*. Percebi, através da entrevista, que CA vê grande importância em sua interação com os colegas para a realização dos estudos e trabalhos solicitados pelos professores. Ela realizou o curso de forma semipresencial sendo que, havia dias em que ela tinha aula presencial, havia um professor para instruir sobre os trabalhos a serem realizados já os estudos sem a presença do professor tinham a cooperação dos colegas. Através da fala de CA sobre a participação dos colegas nos estudos e debates, percebe-se que, além da amizade, eles contribuíram para a compreensão de conteúdos estudados. Nessa direção, trago a citação de Dayrell (1996, p. 8) que fala sobre a relevância do compartilhamento de conhecimentos para as aprendizagens nos mais diversos espaços:

A educação, portanto, ocorre nos mais diferentes espaços e situações sociais, num complexo de experiências, relações e atividades, cujos limites estão fixados pela estrutura material e simbólica da sociedade, em determinado momento histórico. Nesse campo educativo amplo, estão incluídas as instituições (família, escola, igreja, etc...). Assim como também o cotidiano difuso do trabalho, do bairro, do lazer, etc.

5.2.6 Trilhas da estudante quilombola CL

CL está cursando o ensino superior à distância: Pedagogia pela Escola Superior Aberta do Brasil (ESAB). Para cursar Pedagogia e conciliar com o trabalho e a família fez-se necessário realizá-lo na modalidade de Ensino à Distância (EAD). Com as problemáticas que levam muitas mulheres, donas de casa, que trabalham fora a desistirem de concluir o ensino superior, a solução para CL foi arcar com os custos da graduação de um curso pago e à distância, por isso, não acessou políticas de cotas, mesmo sendo quilombola. Além do problema de acesso ao ensino público gratuito, sabe-se das dificuldades de encontrar emprego e da desvalorização da mão de obra feminina para quem vive no campo.

Sobre a realização do ensino superior normal e a distância, ela comentou: *"percebi que exige muita da pessoa, pois tem que ler e pesquisar bastante para fazer um bom trabalho"* (CL, 2020). Sobre os recursos locais e materiais que dispõe para realizar os estudos, não teve maiores problemas, pois: *"tenho acesso a livros, computadores e internet"*. Além disso, falando sobre as percepções relacionadas às disciplinas da graduação ela diz: *"o vocabulário é com palavras novas e os textos são bem elaborados"*

e complexos" (CL, 2020). Percebe-se em sua fala, as dificuldades em acompanhar o diálogo nas aulas, em razão do vocabulário acadêmico ser mais amplo, trazer palavras que não são usuais na vida campestre.

Já na transição do ensino básico para o ensino superior aparecem barreiras relacionadas aos conhecimentos, sobre essas questões Souza (*apud* Campos, 2016, p. 33) expõe:

O contexto de luta pela implementação de ações afirmativas na área educacional brasileira não é algo recente. Pois desde a década de 1930 a frente negra Brasileira já reivindicava políticas públicas como essa na educação, lutando para que a população tivesse acesso ao ensino devido os direitos que lhe foram negados deste o período pós-abolição.

Em se tratando, ainda, do ensino universitário, uma das perguntas foi sobre o questionamento quanto à importância em obter um diploma de curso superior. CL (2020) disse:

Realizei o ensino médio na Escola Estadual Rio Branco, ingressei no curso superior em 2017, estou cursando ensino superior em Pedagogia. Aqui na nossa região quilombola é de suma importância, pois pouquíssimos têm diploma. Para mim é uma grande conquista. Imprescindível para que possamos obter uma melhor condição de vida, pois acredito que o único bem que não nos pode ser tirado é o saber.

CL chama a atenção para um problema ainda presente na comunidade quilombola, que é a dificuldade de acesso e permanência no ensino superior, pois ela comenta que poucos têm diploma. Outro aspecto que ela traz em sua fala diz respeito a valorização dos estudos, a compreensão de que o conhecimento é a única coisa que ninguém pode nos tirar. Quando lhe perguntei: “Qual a sua percepção sobre as disciplinas da graduação e o vocabulário dos textos da graduação?”. Sua resposta foi:

Percebo que exigem muito da gente, pois temos que ler muito, pesquisar bastante para fazermos um bom trabalho. Tem um vocabulário com palavras novas e textos bem elaborados e complexos. (CL, 2020).

Em sua batalha ao buscar o ensino, ela encontrou no curso EAD uma maneira de conciliar os estudos à vida de uma mulher casada, com filhos, netos e seu trabalho diário. Nessa acepção, trago a citação de Arroyo em relação às condições de ensino ao indagar quem são esses Outros:

São os outros educandos que trazem outras indagações pedagógicas à docência. [...] O foco são os conhecimentos e os processos, as pedagogias que nessas ações coletivas emancipatórias os seus sujeitos produzem. Contestam o pensamento em que foram produzidos? Trazem suas experiências e interpretações? Repolitizam o campo do conhecimento? Em que aspectos? Trazem o foco para outras pedagogias em que se afirmam sujeitos sociais, políticos e culturais. (Arroyo, 2012, p. 10).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trago a citação de Larrosa para a finalização do trabalho, pois a realização desta pesquisa exigiu parar para pensar, olhar, escutar, sentir.... De tal modo:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (Larrosa, 2002, p. 24).

Em se tratando de parar, foi preciso fazê-lo muitas vezes, pois em meio ao caos da pandemia viral causada pela Covid-19 (Coronavírus Disease - 2019) fez-se necessário suspender o juízo, a vontade de desistir do trabalho, mas sim dar-se tempo, demorar-se nos detalhes das narrativas, dos textos, a fim de tentar entender as formas de escrita de um texto acadêmico. Foi preciso, também, aprender a escrever e a escutar as experiências de outros, ter paciência, atenção, delicadeza e gentileza com as palavras. Por isso, de início, considerando minha experiência pessoal no ensino superior, busquei repensar as experiências de meu tempo acadêmico e, também, compreender como os quilombolas de minha comunidade se inseriram e se mantiveram no ensino superior; as dificuldades vivenciadas ao ingressar; os recursos que dispunham para realizar os estudos; as percepções dos universitários Quilombolas sobre o ensino superior. Nesse âmbito Larrosa (2002, p. 27) expõe: “O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual a sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida”.

Ao realizar as entrevistas deparei-me com distintas realidades no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, um exemplo é a situação da CA, ela diferente dos outros entrevistados por ter vivido no meio urbano, sempre teve acesso a tecnologia, não tendo maiores problemas com a utilização dos aparelhos tecnológicos, nem com a linguagem formal acadêmica.

Por conseguinte, eu, enquanto quilombola, me identifico com várias das situações narradas pelos demais entrevistados e durante a pesquisa, deparei-me com histórias muito parecidas com as vividas por mim, como: a dificuldade de compreensão de vocabulário, o desconhecimento da tecnologia, não ter acesso a internet e a livros, a não ser àqueles que pegava emprestado na biblioteca.

Eu, assim como vários participantes da pesquisa, na adolescência, há cerca de vinte anos, por não termos perspectivas de um ensino que possibilitasse alternativas de trabalho, tivemos que sair e buscar trabalho em Porto Alegre. Sem estudos, a única alternativa era trabalhar de doméstica ou de babá. Ser doméstica naquela época, incluía submeter-se a autoridade e preconceito, que desvalorizava o trabalho e a etnia.

Ao ouvir o relato de CR me deparei com a descrição de um sistema de ensino que fez parte da minha trajetória estudantil, a EJA (Educação de Jovens e Adultos) que traz possibilidades de voltar a estudar para pessoas que já estão fora da idade considerada “normal” para estarem na escola, sendo que, todos temos os mesmos direitos de estudar independentemente de idade e classe socioeconômica, temos o direito de cursar, não só a educação básica através da EJA, mas ao ensino superior e viver as experiências de aprendizagem.

Ao desenvolver essa pesquisa aprendi várias coisas, dentre elas, o significado de uma educação gratuita e de qualidade para pessoas que passaram suas vidas sem direito a acessar o ensino. Aprendi, também, que tenho direitos, apesar de ter um número reduzido de oferta de vagas para este grupo de excluídos da sociedade, aprendi que os fatos históricos, que nos marcam dolorosamente e, que ainda hoje refletem a história dos povos quilombolas, podem ser questionados, desnaturalizados e que as barreiras que nos são impostas, podem ser rompidas a partir de leis e de um olhar de igualdade para todos.

Com a criação do artigo 68 da Constituição Federal de 1988, decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, tende-se a devolver um pouco do que foi tirado da autoestima e dignidade aos afrodescendentes, pois fala das cotas. Se não fossem as cotas, a entrada na universidade seria muito mais difícil, pois um cursinho preparatório para o vestibular fica distante da comunidade e custa caro. A igualdade de acesso pode ser alcançada ao entender o que houve para não ser repetido. Se vivemos numa sociedade democrática, somos cidadãos, temos direitos garantidos constitucionalmente e o isolamento, a segregação, a opressão não devem fazer parte.

Assim como o entrevistado, CR também me senti tratada com diferença por ser do campo, pois quando chego aos centros urbanos fica visível que somos do “interior”. As incertezas ao sairmos da segurança de casa, da cidade e enfrentar o desconhecido não podem fazer parte da desistência do sonho de concluir o ensino superior.

A universidade possibilita um período de muitas descobertas, contudo, percebi, com esse trabalho, que poucas pessoas negras de minha comunidade chegaram ao ensino superior e que a nossa entrada no ambiente universitário é recente. Quando lembro que

não tive professores negros no curso e que tive apenas três colegas negros, vejo que ainda temos um grande caminho pela frente, para romper com essas estruturas sociais, para que haja inclusão dos povos do campo. Esta é uma marca social visível que mostra o percurso da falta de privilégios, muitas vezes imperceptíveis a alguns dos alunos brancos e economicamente favorecidos. Essa é a relevância do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza, pois mudou a minha vida, possibilitou novos horizontes. Que projetos como esse continuem sendo apoiados e fomentados para oportunizar e incluir mais quilombolas, assim como a mim e alguns dos entrevistados cotistas, ao acesso ao ensino superior.

Realizar um curso superior era o meu sonho, mas me era regado pelo medo do desconhecido e poucas oportunidades. Muitas vezes tive vontade de desistir por vergonha de não entender o que estava sendo explicado e pelas dificuldades de me adaptar ao uso das tecnologias. Entre as possibilidades de cursar uma universidade, assim como a entrevistada LA, pude entender que sempre podemos mais, mesmo sendo uma quilombola, pois ela conseguiu viajar para outros países para apresentar seus trabalhos acadêmicos. Segundo Silva (2007), uma educação de qualidade e oportunidade ainda permanece longe da realidade do contexto sociocultural das comunidades quilombolas. Eu, por exemplo, na universidade pude conhecer assentamentos, escolas do campo de turno integral, museu tecnológico, cooperativas de produção de sucos, conheci outros municípios, com realidades bem diferentes da minha, com escolas que partem de outra proposta de ensino e relação com os estudantes e o ambiente.

Com o desenvolvimento desse trabalho, percebi que a educação quilombola ainda é idealizada e está longe de fazer parte do currículo escolar, pois a cultura quilombola tem feito parte da escola somente em datas comemorativas e no restante do ano cai no esquecimento entretanto, deveriam fazer parte das disciplinas durante outros momentos de estudo, pois a cultura negra faz parte dos currículos escolares e da história do Brasil. A falta de valorização e conhecimento da cultura negra, de sua história real, atitudes e práticas colaboram para reforçar preconceitos. A humanização passa pela educação que possibilita a mudança de percepção de uma comunidade e a universidade pode ser um período de muita mudança e descoberta.

Os quilombolas do meio rural enfrentam muitas dificuldades, que são amenizados pelas amigas que auxiliam desde a compreensão de vocabulário usado nas leituras das disciplinas até a compreensão dos conteúdos. As amigas que conquistei me ajudaram a me manter até o final do curso, meus colegas contribuíram com a troca de vivências. A

entrevistada LA também teve o apoio dos colegas, quando chegou em Rio Grande, sem conhecer ninguém e com poucos recursos, não tinha onde passar a noite, mas por acaso encontrou uma amiga que estava na universidade, essa amiga convidou-a para dormir na casa do estudante.

No início da realização desta pesquisa, no ano de 2020, a comunidade, assim como o mundo inteiro, viveu e ainda vive as consequências do surgimento de um vírus que exigiu medidas sanitárias como o distanciamento social, o isolamento em suas casas, o uso de máscaras e práticas de higiene pessoal. Também, nos mostrou a necessidade do uso da tecnologia por todos, sem distinção de classe social e econômica, problema este que agravou as dificuldades de aprendizagem pela falta de recursos tecnológicos e internet. Em uma área rural que já vem tendo muitos problemas, a suspensão das aulas, me fez presenciar o agravamento da defasagem de aprendizagem dos estudantes da comunidade, nesses dois anos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n. 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Resolução n. 8, de 20 de novembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 de novembro de 2012, seção 1, p. 26. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes_nacionais_educacao_escolar_quilombola.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. **População quilombola é de 1,3 milhão, indica recorte inédito do censo**, Brasília, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/07/populacao-quilombola-e-de-1-3-milhao-indica-recorte-inedito-do-censo>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CAMPOS, Laís Rodrigues. **Do quilombo à universidade:** trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará- Campus Belém quanto à permanência. 2016. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8450/1/Dissertacao_QuilomboUniversidadeTrajetorias.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

CAMPOS, Laís Rodrigues. Educação escolar quilombola e o curricular escolar histórico-cultural: olhar sobre as práticas educativa de um quilombo em São Miguel (PA). *In:* CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4; CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 7, 2014. **Anais [...]**, [S.l:s.n], 2014. Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT4/GT4_Comunicacao/LaisRodriguesCampos_GT4_Integral.pdf. Acesso em: 11 out. 2023.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas. **Educação**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 33-41, 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v37n01/v37n01a05.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. *In:* DAYRELL, Juarez. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

DAYRELL, Juarez. **A escola como espaço sócio-cultural**. Belo Horizonte, s/d. Disponível em: <https://ensinosociologia.milharal.org/files/2010/09/Dayrell-1996-Escola-espaço-socio-cultural.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022:** quilombolas: primeiros resultados do universo. Brasília, 2023. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

FREITAS, Wesley; JABBOUR, Charbel. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 7-22, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/134684>. Acesso em: 10 out. 2023.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Revista Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 106-115, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100012>. Acesso em: 15 fev. 2024.

LARROSA, Jorge. Uma língua para a conversação. *In*: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Eds.). **Entre pedagogía y literatura**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2007. Cap.3.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 35-86.

LEITE, Ilka Boaventura. **O legado do testamento: a comunidade de casca em perícia**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

LOPES, Dilmar Luiz. **Roda de conversa e educação escolar quilombola: arte do falar e saber fazer**. Programa Brasil Quilombola em Restinga Seca/RS. 2012. 253f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69932/000875309.pdf?sequence=1&isAlloved=y>. Acesso em: 29 set. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MOSTARDAS. Secretária Municipal de Turismo e Cultura de Mostardas. **Facebook Secretária Municipal de Turismo e Cultura de Mostardas**. Disponível em: <https://www.facebook.com/Secretaria-Municipal-de-Turismo-e-Cultura-de-Mostardas-336121343898783/photos>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTIAGO NETO, Clemilda; SOARES, Edimara; COQUEIRO, Edna. **Do quilombo à escola: ancestralidade e práticas pedagógicas.** [S.l.]. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/2semestre_2015/anexo_do_quilombo_copene_educacao_escolar_quilombola.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

SILVA, Paulo Sergio. **Contornos pedagógicos de uma educação escolar quilombola.** 2013. 259f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/87961>. Acesso em: 25 set. 2019.

SILVA, Paulo Sergio. **Políticas públicas e mediação social na comunidade remanescente de quilombos de Casca-Mostardas, RS.** 2007. 105f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/11920>>. Acesso em: 15 abr. de 2023.

SILVEIRA, Lueci da Silva. **Noções de educação quilombola e reconstrução da identidade quilombola na comunidade do Areal, entre a década de 1980 até os dias atuais.** 2015. 47f. Monografia (Graduação - Licenciatura em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148393>. Acesso em: 3 out. 2023.

SOUZA, Shirley Pimentel. **Educação escolar quilombola: a pedagogia quilombola na construção curricular (BA).** 2015. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21077/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O Shirley Pimentel de Souza.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21077/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Shirley%20Pimentel%20de%20Souza.pdf). Acesso em: 06 out. 2023.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. Escola e contexto social: a identidade racial numa comunidade remanescente de quilombo. *In: OLIVEIRA, Iolanda; SILVA, Petroníha Beatriz Gonçalves (Org.). Identidade negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil.* São Paulo: Ação Educativa, 2001. p. 143-157.

ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL****CAMPUS LITORAL NORTE****LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS DA NAUREZA**

Título da Pesquisa: O Olhar dos Quilombolas de Casca sobre o ensino superior. Comunidade de Casca no Município de Mostardas, RS.

Nome do (a) pesquisador (a): Sirlei da Rosa lemos.

Nome do (a) orientador (a): Dra. Neila Seliane Pereira Witt.

Nome do(a) participante: _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Natureza da pesquisa: Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como proposta saber dos quilombolas de casca como foi sua inserção e permanência no ensino superior.

Participantes da pesquisa: O público-alvo serão os Universitários da Comunidade Quilombolas de Casca no Município de Mostardas, RS, localizada a 70 km do Município de Mostardas, à 95 km de Porto Alegre RS.

Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo, você deverá assinar este termo. Serão realizadas entrevistas, que poderão ser gravadas, acontecer em grupo e individuais, com local e horários pré-definidos, a fim de que possamos buscar elementos para saber o que os moradores de casca que vivenciaram a universidade. As entrevistas serão realizadas de forma que nenhum constrangimento seja ocasionado, sendo respeitada sua opinião e com liberdade de expor seu pensamento livremente. Você terá ainda, a liberdade de se recusar em participar da pesquisa, assim como em não responder algumas questões que não lhe sejam pertinentes, sem qualquer prejuízo. Solicitamos dessa forma, sua colaboração para que possamos obter melhores resultados para a pesquisa. Qualquer informação ou esclarecimento, poderá entrar em contato com a estudante/pesquisadora

Sirlei da Rosa Lemos, através do e-mail: sirleirosa081@gmail.com e com a professora/orientadora Dra. Neila Seliane Pereira Witt pelo e-mail: neilawitt@terra.com.br

Riscos e desconforto: A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas, evitando questões que causem qualquer tipo de constrangimento aos entrevistados. Os nomes dos universitários de casca serão mantidos em anonimato se assim o preferir, obedecendo os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, não oferecendo qualquer risco à sua dignidade.

Benefícios: O objetivo da pesquisa e buscamos a partir desta investigação a reflexão dos processos abordados para o conhecimento das dificuldades e benefícios que são ocasionados aos estudantes quilombolas ao ingressar no ensino superior. Sendo assim, sua participação não lhe ocasiona benefícios diretos.

Pagamento: A participação na pesquisa não ocasionará qualquer tipo de despesa, bem como nada será pago por sua participação.

Solicitamos assim, seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa, preenchendo os itens que seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido

A partir dos esclarecimentos expostos acima, autorizo, de forma livre e esclarecida, a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Estudante/Pesquisador

Assinatura da Professora Orientadora

Tramandaí_____, de_____, de 2020.